



Serviço Público Federal
Ministério da Educação

Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



CAMPUS TRÊS LAGOAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

Jéssica Oliveira Ferreira

Título: CONSIDERAÇÕES ACERCA DO SISTEMA DE COTAS NA UNIVERSIDADE
FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL E O PROCESSO DE IDENTIDADE DOS
ALUNOS COTISTAS

Três Lagoas

2021

Jéssica Oliveira Ferreira

Título: CONSIDERAÇÕES ACERCA DO SISTEMA DE COTAS NA UNIVERSIDADE
FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL E O PROCESSO DE IDENTIDADE DOS
ALUNOS COTISTAS

Dissertação submetida ao Programa de Pós Graduação
em Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso
do Sul para a obtenção do título de Mestre em Jéssica
Oliveira Ferreira

Orientador: Prof. Dr. Thiago Araujo Santos

Três Lagoas

2021

Ficha de identificação da obra

A ficha de identificação é elaborada pelo próprio autor.

Orientações em:

<http://portalbu.ufsc.br/ficha>

Jéssica Oliveira Ferreira

Título: CONSIDERAÇÕES ACERCA DO SISTEMA DE COTAS NA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL E O PROCESSO DE
IDENTIDADE DOS ALUNOS COTISTAS

O presente trabalho em nível de mestrado foi avaliado e aprovado por banca
examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof. Dr. Thiago Araujo Santos

Instituição Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Prof.(a) Dr.(a) Patrícia Helena Milani

Instituição: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Prof.(a) Dr.(a) Valéria Rodrigues Pereira

Instituição: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Certificamos que esta é a **versão original e final** do trabalho de conclusão que foi
julgado adequado para obtenção do título de mestre em Geografia.

Coordenação do Programa de Pós-Graduação

Prof. Dr. Thiago Araujo Santos

Orientador

Três Lagoas, 2021.

Este trabalho é dedicado as minhas irmãs, Ana Beatriz e Maria Cecília, minhas preciosas, meus tesouros e razões que me levam buscar sempre o melhor. Eu amo vocês, irmãzinhas!

AGRADECIMENTOS

A realização dessa pesquisa foi fomentada e realizada com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), além do auxílio de um leque de pessoas que, ao longo desse período, contribuíram para a materialização desse estudo e da minha formação intelectual e social.

Agradeço, com muito carinho ao meu orientador Prof^o Dr^o Thiago Araujo Santos, que desde a graduação esteve comigo dedicando tempo, palavras e orientações de forma muito amigável e profissional, obrigada por acreditar em mim e no meu trabalho e sempre estar disposto a me ajudar.

Agradeço também aos professores do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), por sempre estimularem os alunos a busca pelo conhecimento, além de sempre abrirem as portas e nos acolherem tão bem.

Agradeço as amigas que muito contribuíram para a realização dessa pesquisa, as amigas Amanda Júlia, Larissa e Luana, mulheres que também estão ocupando espaços acadêmicos e compreendem os dramas da pós graduação e conseguem deixar esses momentos mais leves, obrigada por cada palavra de conforto, cada ligação ou mensagem, mesmo longe nesses últimos tempo, devido a pandemia, senti vocês diversas vezes bem perto. E também a minha amiga de escola Hellen, quem me acompanha até hoje, sempre me ajudando e torcendo por mim, sou muito grata a sua amizade.

Agradeço a Heloisa, que além de prima é uma amiga mais que especial, pessoa que me auxiliou muito durante o processo da pesquisa, sempre com uma palavra de carinho e sabedoria, compartilhar a vida com você é incrível.

Agradeço a minha irmã Ana Beatriz, meu porto seguro e por quem eu luto todos os dias, obrigada por estar ao meu lado, torcer e apoiar minhas decisões, você é meu motivo para sempre buscar o melhor. A minha pequena irmã, Maria Cecília, que mesmo sem entender me ajudou muito, me tirando sorrisos aleatórios e me dando esperanças em dias cansativos.

Agradecimento muito especial a minha mãe, Maria Célia, mulher guerreira que sempre esteve ao meu lado, batalhando para me dar o melhor, obrigada por acreditar em mim. E ao meu pai, Edilson, que sempre demonstra estar orgulhoso por cada conquista minha, por mínima que seja, esse apoio é fundamental.

Aos meus avôs, Cleuza e Genildo, toda minha gratidão por sempre cuidarem de mim com muito amor e carinho, confiarem e acreditarem que o processo da educação é sempre o melhor.

A toda minha família, que sempre acreditaram no meu potencial, me incentivando buscar o conhecimento em primeiro lugar, pelo carinho, entusiasmo e os votos de sucesso nessa nova jornada que está sendo traçada em meu caminho profissional e acadêmico.

E com muita gratidão, agradeço aos meu amado Deus, por me dar forças para continuar, mesmo em meio a tantas dificuldades, seu amor se fez e faz presente todos os dias!

A história sozinha cria estereótipos, e o problema com estereótipos é que não é que eles não são verdadeiros, mas que eles são incompletos. Eles fazem uma história se tornar a única história. (ADICHIE,2009).

RESUMO

Esta dissertação tem por objetivo traçar o perfil dos estudantes negros cotistas da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), tendo como objetivo central analisar a relação entre o processo de autodeclaração desses alunos e a autoafirmação identitária. Nesse estudo compreende-se que política de cotas se configura como um importante mecanismo que oportuniza a democratização do acesso à educação superior. Desta forma, desvelar o perfil do aluno cotista pode contribuir para o entendimento de que essa ação afirmativa além de abrir espaço para o acesso à educação superior, cria também possibilidades de autorreconhecimento e autoafirmação identitária, principalmente para a juventude negra cotista, que acaba por passar este processo muitas vezes na construção contínua da identidade através de diversos espaços. Estabeleceu-se como recorte para essa investigação o acesso por meio das linhas raciais da política de cotas, ou seja, os estudantes negros, autodeclarados, na matrícula, como pretos ou pardos. Para compreender o acesso da população negra na educação superior e sua relação com o processo identitário, desenvolveu-se um referencial teórico e levantamento bibliográfico que promovem discussões no campo de estudos das questões raciais e de dados públicos, que permitiram evidenciar a luta da população negra pelo direito de ter acesso à educação superior, e como o processo histórico e geográfico explicam e contextualizam a implementação da política de cotas como lei federal no Brasil. Para identificar o perfil dos estudantes negros cotistas, foi feito entrevistas online e utilização de dados oferecidos pela Agência de Tecnologia da Informação e Comunicação (AGETIC/UFMS). Para análise e organização dos resultados obtidos, desenvolveu-se tabelas, gráficos e quadros que permitiram identificar o número de estudantes cotistas negros, no período de tempo da implementação da política de cotas e como esses dados se relacionam com a identidade dos alunos. Os resultados da pesquisa evidenciaram: o aumento do acesso de estudantes negros na UFMS, mais que a metade se autodeclara como pardo, o ingresso do sexo masculino é maior do que o feminino, e a maioria dos alunos antes de ingressarem pela cota racial não tinham dimensão da questão sobre identidade e se autodeclaravam sem compreender ou analisar essa questão, e a universidade e os espaços que esta proporciona refletiram densamente para que o processo de autodeclaração identitária.

Palavras-chave: Ação Afirmativa 1. Universidade 2. Cota Racial 3. Estudante 4.

ABSTRACT

This dissertation aims to trace the profile of black quota students at the Federal University of Mato Grosso do Sul (UFMS), with the central objective of analyzing the relationship between the process of self-declaration of these students and identity self-affirmation. In this study it is understood that the quota policy is configured as an important mechanism that provides opportunities for democratization of access to higher education. Thus, unveiling the profile of the quota student can contribute to the understanding that this affirmative action, in addition to opening space for access to higher education, also creates possibilities for self-recognition and self-affirmation of identity, especially for black quotaed youth, who often go through this process in the continuous construction of identity through various spaces. It was established as a cutout for this investigation the access through the racial lines of the quota policy, i.e., black students self-declared as black or mulatto at enrollment. To understand the access of the black population in higher education and its relation to the identity process, a theoretical reference and bibliographic survey was developed that promotes discussions in the field of studies of racial issues and public data, which allowed evidencing the struggle of the black population for the right to have access to higher education, and how the historical and geographic process explain and contextualize the implementation of the quota policy as a federal law in Brazil. To identify the profile of black quota-holding students, we conducted online interviews and used data provided by the Information and Communication Technology Agency (AGETIC/UFMS). To analyze and organize the results obtained, tables, graphs and charts were developed to identify the number of black quota students during the time period of the quota policy implementation and how this data relates to the identity of the students. The results of the research showed: the increase in the access of black students at UFMS, more than half self-declare as brown, male enrollment is greater than female, and most students before entering by racial quota had no dimension of the question about identity and self-declared without understanding or analyzing this issue, and the university and the spaces that it provides reflected densely on the process of self-declaration of identity.

Keywords: Affirmative Action 1. University 2. Racial Quota 3. Student 4.

LISTA DE FIGURAS

Figura1: Sistematização da Política de Cotas..... **Erro! Indicador não definido.**

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Linhas que delimitam o acesso por meio da política de cotas **Erro! Indicador não definido.**

Quadro 2: Unidades com os maiores números de ingressos por meio das cotas raciais na Universidade Federal do Mato Grosso do Sul..... **Erro! Indicador não definido.**

Quadro 3: Unidades com os maiores números de ingressos por meio das cotas raciais na UFMS/CPTL (2015-2018) **Erro! Indicador não definido.**

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Comparativo do número de ingressos na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, por meio da ampla concorrência e cotas raciais (pretos e pardos).**Erro! Indicador não definido.**

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABPN- Associação Brasileira de pesquisadores Negros
AGETIC- Agência de Tecnologia da Informação e Comunicação
CPTL- Campus de Três Lagoas
DIAF- Divisão de Acessibilidade e Ações Afirmativas
FACH - Faculdade de Ciências Humanas
FACFAN - Faculdade de Ciências Farmacêuticas Alimentos e Nutrição
FACOM- Faculdade de Computação
FADIR - Faculdade de Direito
FAED- Faculdade de Educação
FAENG- Faculdade de Engenharias, Arquitetura e Urbanismo e Geografia
FAALC- Faculdade de Artes, Letras e Comunicação
FAMED- Faculdade de Medicina
FAMEZ- Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia
FAODO- Faculdade de Odontologia
IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFES- Instituições Federais de Educação Superior
MS- Mato Grosso do Sul
SEPPIR- Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
UFMS- Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

LISTA DE GRÁFICO

Gráfico 1: Ingresso à Universidade Federal do Mato Grosso do Sul por meio das cotas raciais (2013-2018). **Erro! Indicador não definido.**

Gráfico 2: Cotista ingressantes na UFMS (CPTL) por ano..... **Erro! Indicador não definido.**

SUMÁRIO

1.INTRODUÇÃO	43
1.2 As justificativas pessoais para o desenvolvimento da pesquisa	47
1.3 Procedimentos metodológicos e fontes utilizadas.....	50
2.RAÇA E RACISMO: FORMAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL BRASILEIRA.....	52
3. TERRITORIALIZAÇÃO DAS RELAÇÕES RACIAS NO BRASIL	62
4. A UFMS EM MEIOS AS AÇÕES AFIRMATIVAS	72
4.1. O aluno cotista na UFMS.....	82
5. CONCLUSÃO	87
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	89

1.INTRODUÇÃO

O perfil socioeconômico é definido pelo IBGE (2016), como um levantamento de dados sociais, culturais e econômicos, com o objetivo de conhecer o público de determinada cidade, região, país ou determinada instituição. No intuito de destacar as características dos grupos presentes em determinados locais, na perspectiva educacional, entende-se que desvelar o perfil do aluno cotista é fundamental para conhecer, a priori, o público alvo e assim desenvolver políticas públicas educacionais que visem minimizar ou resolver problemas ou dificuldades encontradas. Logo, essa pesquisa tem por objetivo central analisar a relação entre o processo de autodeclaração de alunos cotistas raciais da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) e a autoafirmação identitária destes, relacionada à escolha do ingresso na universidade pela cota racial.

O estudo da institucionalização da política de cotas na UFMS e sua possível relação com a identidade dos alunos cotistas é a base para o entendimento de que esta política se configura como um importante mecanismo que oportuniza a democratização do acesso à educação superior, com o objetivo de minimizar as fraturas sociais e históricas de grupos considerados desfavorecidos e refletir sobre a potencialidade das ações afirmativas. A priorização de políticas focais nas Instituições de Educação Superior (IES) públicas consiste em estratégia importante para o acesso, a permanência e a conclusão dos estudantes em seus cursos de graduação nas IES através de Ações afirmativas (AA) e Política de Cotas na Educação Superior.

A questão que se coloca é que além de abrirem espaço para o acesso à educação superior, até que ponto e em que medida as políticas de cotas criam possibilidades de auto reconhecimento e autoafirmação identitária, principalmente para a juventude negra cotista, e a resposta, buscada nessa pesquisa, nos permite contribuir com a discussão teórica sobre a dimensão política das ações afirmativas, principalmente aquelas relacionadas às cotas raciais.

Segundo Gleason (1980) e Gomes (2011), apesar das inúmeras produções existentes, ainda não se consegue ter uma resposta exata que resolva as questões sobre o que é a identidade. Os autores afirmam que o uso apropriado do termo necessita de uma percepção mais delicada ao se tratar do assunto e maior atenção à demanda de precisão e compreensão na sua aplicação cotidiana. Esse termo, contudo, se tornou cada vez mais popular, trazendo um sentido contrário, tornando-o cada vez mais difuso, fazendo um efeito crescente de usos comuns e até clichês. Gomes (2005, p.40) relata que “se a discussão sobre a identidade já [é] tão complexa por usos

diversos, o que não dizer quando a ela somamos os adjetivos pessoal, social, étnica, negra, de gênero, juvenil, profissional, entre outros?”.

Segundo o antropólogo Kabengele Munanga:

A identidade é uma realidade sempre presente em todas as sociedades humanas. Qualquer grupo humano, através do seu sistema axiológico sempre selecionou alguns aspectos pertinentes de sua cultura para definir-se em contraposição ao alheio. A definição de si (autodefinição) e a definição dos outros (identidade atribuída) têm funções conhecidas: a defesa da unidade do grupo, a proteção do território contra inimigos externos, as manipulações ideológicas por interesses econômicos, políticos, psicológicos, etc. (MUNANGA, 1994, p. 177-178).

O reconhecimento da identidade não é algo tão natural, se baseia geralmente nos meios sociais de convívio, sendo este um fator importante na construção das relações e de referências culturais dos grupos sociais. A identidade indica traços culturais que se expressam através de práticas linguísticas, festivas, rituais, comportamentos alimentares e tradições populares referências civilizatórias que marcam a condição humana. Através dessa discussão é importante compreender como esse processo de afirmação da identidade negra - o que, nesta pesquisa, chamamos de “autoafirmação identitária” - se dá em meio à conquista de políticas públicas. Para isto, em primeiro lugar, considerando que a política de cotas consiste em uma das ações afirmativas desenvolvidas no Brasil, é primordial analisar a história e o contexto que materializou essas ações no país.

O movimento negro aparece como o principal grupo a lutar por essas políticas, sem desconsiderar outros grupos envolvidos na luta, mas que teceram histórias distintas, com fatores da mesma importância. Assim, destaca-se o movimento negro por sua participação na elaboração e conquista com relação a essa política. Dessa maneira, sabemos que a história de luta da população afrobrasileira não se inicia somente com a aprovação da Lei de Cotas para a Educação Superior (Lei nº12.711/2012)¹; ela é traçada por luta, resistência e conquista para os povos negros que desde o processo de colonização quando foram marginalizados e excluídos dos meios civilizatórios da época, até conquistas recentes como: a criação do Dia da

¹ LEI Nº12.177, DE AGOSTO DE 2012. As instituições federais de educação superior vinculadas ao Ministério da Educação reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso nos cursos de graduação, por curso e turno, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.

Consciência Negra (20 de novembro)²; Lei 10.639/2013, que inclui a comemoração do Dia da Consciência Negra no calendário escolar, trazendo a discussão da história e da cultura afro-brasileiras, além da valorização dos africanos e afro-brasileiros nos currículos escolares da rede pública de ensino; Lei 12.711/2012, que criou as cotas para ingresso em cursos superiores, aos poucos difundidas nas maiores universidades do país, sejam elas federais, estaduais ou até mesmo privadas; criação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), que atualmente é parte do Ministério de Direitos Humanos (MDH)³, e outras discussões importantes para a população negra.

Por tudo isso, as conquistas dos Movimentos Sociais representam as lutas e os avanços que permeiam também o debate sobre as cotas para educação superior. Para tanto, a Universidade, como uma instituição de formação educacional, necessita atuar de forma democrática sem preferência alguma por acadêmicos e/ou cursos oferecidos. Partindo deste ponto, a UFMS – instituição que serve de base empírica para a presente pesquisa – dispõe de dois papéis essenciais: formar profissionais com vistas às diversidades de nossa comunidade e tornar-se referência em sua formação.

As pesquisas já realizadas muito contribuíram para a discussão desta temática, sendo inúmeros os trabalhos de coleta de dados sobre a implementação da Lei de Cotas, como o livro “EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS: O ESTADO DA ARTE”, que coletou diversos materiais que demonstram o quanto já é possível visibilizar mudanças significativas na cor autodeclarada dos estudantes, de forma que se pode afirmar uma presença maior de estudantes negros nos espaços universitários. Ao todo, em levantamento bibliográfico preliminar realizado em nossa pesquisa, no banco de dissertações e teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), foram coletados cerca de 260 títulos, que correspondem as pesquisas sobre ações afirmativas no Brasil e Sistema de Cotas Raciais.

² O Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra, celebrado em **20 de novembro**, foi instituído oficialmente pela Lei nº 12.519, de 10 de novembro de 2011. A data faz referência à morte de Zumbi, o então líder do Quilombo dos Palmares – situado entre os estados de Alagoas e Pernambuco, na Região Nordeste do Brasil.

³ Problemática para as expectativas da população negra, já que a esta secretária não está mais direcionada as questões específicas desta população e hoje em dia divide problemáticas com outros ministérios dirigidos por pessoas selecionadas pelo atual governo (2020) que já deixou evidente e o descaso em lidar com as diversas ações afirmativas de combate à discriminação racial por meio de transformações culturais e políticas de representatividade. Ver mais em: <http://www.generonumero.media/futuro-da-secretaria-nacional-de-politicas-de-promocao-da-igualdade-racial-preocupa-movimento-negro/>. Acesso em 24 de junho de 2021.

Trabalhos como de Macedo (2018), Evangelista (2020), Alves (2012), Cordeiro, (2007), Almeida (2007), Bittar (2007), Garcia (2007), Maciel (2019), e Rosa (2016), são de suma importância para compreender as políticas de cotas raciais na UFMS e como essa ação afirmativa ajuda no ingresso, permanência e formação da população negra. É possível analisar também que o acesso à educação superior tem contribuído para o despertar do reconhecimento enquanto negros em muitos acadêmicos, mesmo que o estudante ingresse na educação superior por meio das cotas raciais devido a sua cor, mas inconsciente de sua identidade enquanto negro, ele pode a partir daquilo que é fomentado como conhecimento e por meio da representatividade presente nas cotas, assimilar e passar a se identificar como negro ou reforçar a identidade negra que já assumia. Assim,

A afirmação da identidade negra está diretamente ligada às redes de relações com o outro, ou seja, as relações mantidas pelo sujeito influenciarão o fortalecimento de sua identidade, seja positiva ou negativamente, considerando-se que a identidade não é inata (MARQUES, 2018, p. 13).

A IV Pesquisa Nacional de Perfil dos Discentes das Instituições Federais de Ensino Superior da ANDIFES e FONAPRACE (2016) revelou dados expressivos nos quais foi possível visibilizar que nos últimos anos a educação superior brasileira se encaminha para uma melhor representação da realidade populacional brasileira, de acordo com Silva (2016):

A universidade é feminina e cada vez mais popular e negra. Sabemos que o diagnóstico extraído resulta de um processo de democratização do acesso, com programas, tais como o Enem/Sisu e a Lei nº 12.711/2012 (Lei de Cotas), que permitiram mais mobilidade territorial e justiça social e étnico racial (SILVA, 2016, p.12).

De acordo com Ristoff (2014) por anos os dados anteriores demonstravam que os campi brasileiros, funcionavam como “[...] um espelho que distorce a imagem da sociedade ou, dito de outra forma, o campus, como um agente social ativo, aguça as distorções existentes na sociedade” (RISTOFF, 2014, p. 731), uma vez que o perfil socioeconômico dos estudantes refletia apenas a condição de uma parcela privilegiada da sociedade.

Constata-se assim, que as pesquisas atuais têm indicado que em todos os cursos há um número cada vez mais reduzido “[...] de estudantes ricos que ingressam na educação superior, mesmo em cursos de alta demanda, em conformidade com as demandas da legislação vigente, demonstrando nitidamente os efeitos das políticas de inclusão” (RISTOFF, 2014, p. 736).

Apesar desses cursos de prestígios ainda serem ocupados em sua maioria por estudantes ricos, brancos e oriundos de colégios particulares, as políticas públicas vêm para reparar esse cenário e incluir a diversidade dentro desses espaços.

Esses movimentos de inclusão que acontecem na educação superior a partir das políticas públicas implementadas no século XXI deixam em evidência que os resultados obtidos atualmente não podem se configurar apenas como medidas paliativas e que a continuidade das políticas de ação afirmativa, em décadas, minimizaria o abismo das desigualdades entre negros e brancos no Brasil.

Os dados analisados por Cordeiro (2017) expressam a realidade de uma sociedade que demorou a assumir o racismo e seguiu perpetuando as desigualdades raciais onde a cor da pele é colocada como uma qualificação para ocupar posições consideradas como inferiores na sociedade, dificultando a mobilidade social e, conseqüentemente, o acesso à educação superior. Dessa forma, as políticas sociais que possibilitam o acesso às instituições de educação superior devem levar em consideração as desigualdades socioeconômicas, perpetuadas na trajetória da história brasileira, uma vez que “[...] não há como pensar a política social, desvinculada das influências das políticas econômicas” (CORDEIRO, 2017, p. 54).

Assim, justifica-se a importância das ações afirmativas para a população negra, como um mecanismo de combate às desigualdades e minimização da condição de vulnerabilidade ocupada pelo grupo. Ademais salienta-se a importância de investigar qual é o perfil do aluno negro cotista que ingressa na UFMS, para que, posteriormente, a instituição possa investigar a possibilidade de fomentar estratégias focais de permanência para esses estudantes e ter a possibilidade de termos uma universidade mais plural. Além disso, com esta pesquisa, torna-se possível evidenciar o perfil dos discentes cotistas dos campi de Campo Grande e Três Lagoas da UFMS com a coleta e análise de dados fornecidos pela Agência de Tecnologia da Informação e Comunicação (AGETIC)/UFMS sobre discentes cotistas raciais da UFMS, para assim problematizar a autoafirmação identitária dos discentes cotistas, refletindo sobre a potencialidade política das ações afirmativas.

1.2 As justificativas pessoais para o desenvolvimento da pesquisa

Como mulher negra, essa pesquisa foi fundamental para minha compreensão do que é ser negra no Brasil. Demorei para me identificar como tal, e acreditar que a minha identidade é

um ato político, além da minha cor, foi o que me motivou a pesquisar sobre as questões raciais no país.

Durante a minha formação infantil não tive acesso a obras, músicas ou até desenhos que representassem a população negra, todas as minhas referências eram baseadas em pessoas brancas, o que eu enxergava ser o ideal e até tentava me parecer com todas elas, foi assim que comecei o meu processo de “embranquecimento” sem nem mesmo perceber. Meu sonho era ter cabelos lisos e “amarelos” como as princesas da Disney da época. Nas apresentações de datas comemorativas da escola nunca tive a oportunidade de ter um papel de destaque, eram sempre as mesmas crianças brancas interpretando papéis brancos, e quando ganhei um papel para uma peça do folclore tive que usar meias calças brancas para me aproximar da cor da personagem.

Na adolescência não foi muito diferente, na escola nunca debatemos sobre cotas raciais ou tivemos aulas sobre a importância da valorização da cultura afro-brasileira, muito menos comemorações no mês da consciência negra. Nesta fase eu já tinha alisado meu cabelo e tinha certeza que daquela forma ele era mais bonito e me deixava mais próxima dos padrões de beleza da sociedade. Toda minha identidade se formava em conceitos brancos e referências muito distantes do que eu realmente era, estava longe de me enxergar enquanto mulher negra que poderia começar um processo de desconstrução a qualquer momento. Mas crescer negra sem compreender a dimensão do preconceito que nos rodeia é viver na ingenuidade. É culpar-se por ter dificuldades em ser aceito em determinados locais, ou sentir-se inferiorizado a partir do comportamento de pessoas ao seu redor, sem nem mesmo entender ao certo como isso está acontecendo, como se o defeito fosse seu e não do preconceito e racismo perpetuado pelo meio social em que vivemos, e que muitas vezes na inconsciência fez com que eu acabasse recorrendo a mecanismos de inserção social que diminuía a importância e o significado da minha identidade negra.

Nas considerações de Gomes (1996), é possível constatar a anulação inconsciente, da identidade racial negra como mecanismo de inserção social:

Reconhecemos a dificuldade que representa essa nova forma de agir e o quanto é necessário se permitir viver o difícil processo de reconstrução da identidade racial, visto que nós, negros, somos educados desde a infância para nos anularmos a fim de sermos aceitos pelo “outro”. Mas travestir-se nesse outro não é fácil e suas consequências são nefastas à constituição da identidade racial (GOMES, 1996, p.80).

Quando ingressei como aluna cotista racial e de escola pública no curso de Geografia (2015-2018), passei a compreender as questões sociais de uma forma viva e crítica, e como a população negra estava inserida nesse contexto. Mas, foi ao participar da diretoria seção local de Três Lagoas/MS, da Associação dos Geógrafos Brasileiros, que tive acesso a discussões importantíssimas que me abriram os olhos para querer e precisar estudar as questões raciais no Brasil, já tendo uma bagagem de pesquisa por ser bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET Geografia), comecei a me apaixonar e debruçando-me sobre esse diálogo e encontrei meu lugar e minha identidade. A pesquisa de trabalho de conclusão de curso com ênfase na questão racial e nos alunos cotistas da UFMS foi onde passei a compreender minha identidade. Nesse processo de desconstrução e elucidação de memórias internalizadas, por meio da revisão literária do campo de estudo das relações raciais, passei a estabelecer análises de momentos vividos e a perceber que a sociedade espera que nós negros ocupemos lugares pré-determinados na sociedade, mas com muita luta e resistências ocupamos e vamos continuar ocupando, lugares que são nossos por direito.

Deste modo, ao compreender toda a trajetória de resistência, luta e identidade do povo negro para conseguir um pouco de liberdade de expressão e de inserção educacional que conquistamos, considero a pesquisa de mestrado sobre o perfil dos alunos cotistas da UFMS, uma contribuição para posterior aperfeiçoamento da política de cotas na Universidade e demonstrar a eficácia desta política no acesso à educação superior de grupos vulnerabilizados socialmente e dar a devida importância na identidade negra desses estudantes. Iniciei meus estudos no mestrado em geografia pensando na construção de uma pesquisa que demonstrasse toda a formação socioespacial brasileira e nos fizesse compreender os processos históricos do nosso povo negro. Todavia, ganharei mais do que um título de mestre poderia me dar, ganharei a compreensão da minha identidade enquanto mulher negra nesse espaço, que até pouco tempo tinha uma cor, e hoje conseguimos ver a pluralidade de forma a significar a (des)construção desses meios.

Com relação ao momento atual em que a maior parte dessa pesquisa é desenvolvida (2019/2020), a política de cotas é ameaçada na atual conjuntura política, de modo que, uma das justificativas para a realização desse estudo que destaca-se é a necessidade da continuidade das políticas afirmativas para pessoas negras na educação superior, como um meio de minimizar o reflexo das desigualdades raciais que foram perpetuadas em nosso país. Essa pesquisa representa a luta, a resistência, a defesa da democracia, da autonomia universitária, do direito de acesso democrático à educação superior de grupos vulnerabilizados socialmente, da defesa

política de cotas e de tantas outras conquistas da população negra, para que sejam sempre lembradas no meio científico e na sociedade como um todo.

1.3 Procedimentos metodológicos e fontes utilizadas

Compreender como a humanidade se insere como ser social e histórico e sua formação socioespacial é fundamental para entender os aspectos do perfil dos alunos cotistas raciais, assim, o modo como os dados nesse estudo são analisados levam em consideração as condições e contradições sociais, as questões econômicas e políticas inseridas no sistema capitalista a partir da lógica neoliberal, que são determinantes para a condição atual identificada no perfil destes estudantes, com interface com o campo de estudo das relações raciais para melhor elucidar a discussão. Já levando em conta que estas análises serviram de contribuição para a promoção de políticas de assistência mais específicas e entender quem são esses alunos e como estão inseridos nos espaços acadêmicos.

De acordo com Gamboa (1989):

Nas pesquisas dialéticas o homem é tido como um ser social e histórico, embora determinado por contextos econômicos, políticos e cultural, é o criador da realidade social e o transformador desses contextos. A educação é vista como uma prática nas formações sociais e resulta de suas determinações, econômicas, sociais e políticas, fazem parte da superestrutura e junto com outras instâncias culturais atua na produção da ideologia dominante. Numa outra versão a educação também é o espaço das contradições que dinamizam as mudanças e possibilitam a gestão de novas formações sociais (GAMBOA, 1989, p.103-104).

Essa pesquisa é desenvolvida por meio da análise de documentos públicos como: os dados disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais Anísio Teixeira (INEP), o Censo de Educação Superior e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em pesquisas como a PNAD, a Síntese dos Indicadores Sociais (SIS), Censo Demográfico e coleta no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, no entanto, a principal fonte desse estudo foi obtida através de dados privados, disponibilizados pela Agência de Tecnologia da Informação e Comunicação (AGETIC) da UFMS.

Utilizamos também para melhor desenvolvimento da pesquisa métodos de entrevista semiestruturada e pesquisas de campo. Mayring (2002) mostra a importância da pesquisa qualitativa e apresenta seis delineamentos para a realização da mesma: estudo de caso, análise de documentos, pesquisa-ação, pesquisa de campo, experimento qualitativo e avaliação qualitativa. A pesquisa qualitativa pode ser caracterizada por um espectro de métodos e

técnicas, adaptados ao caso específico, ao invés de um método padronizado único, assim, as metodologias se adéquam ao objeto de estudo.

Durante o desenvolvimento da pesquisa devido o contexto de pandemia do Covid-19, as entrevistas e contato com os alunos foram realizados via e-mail e Google Meet. Os alunos entrevistados são estudantes da UFMS campus de Três Lagoas, de cursos diversos, dentre as opções que há no campus.

Como referências basilares para o desenvolvimento desse estudo e compreensão dos dados da pesquisa, fez-se uso das discussões de autores do campo de estudo das questões raciais, como: Evangelista (2020), Cordeiro, (2017), Cordeiro (2008), Malachias, (2006), Domingues (2007), Garcia (2007), Gomes (2012 e 2011), Moraes (2011), Guimarães (1999), Moelecke (2002), Moura (1989), Munanga (2011 e 2016) Nascimento (1978), entre outros.

2. RAÇA E RACISMO: FORMAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL BRASILEIRA

Há diferentes formas de lidar com o termo “Raça” na sociedade, o contexto e momento histórico do país em questão é fundamental para este entendimento. Nos Estados Unidos, por exemplo, não há a necessidade concreta de se conceituar o termo: estudiosos da sociologia acreditam que as raças são óbvias o bastante para se definirem, em contraponto dessa ideia biólogos passaram tempos não utilizando o termo pois achavam irrelevante para a ciência. Já no Brasil aconteceu de modo muito diferente, pois o termo não era visto de maneira apropriada para uso, fazia parte de um vocabulário inculto. Era usado apenas por pessoas sem muito requinte e elegância na sociedade, já em movimentos sociais, onde as pessoas se sentiam discriminadas por suas condições sociais, de cor e aparência física, era usualmente utilizado na forma de aceitação e/ou identidade. Para Guimarães (1999) a raça se deu, primeiramente, a partir de uma construção social, política e cultural baseada em traços fisionômicos, de fenótipo ou genótipo, que não possuíam menor respaldo científico. As desigualdades entre as raças, nos dias atuais, podem ser explicadas também pelo fato de que estas resultam inequivocamente de diferentes formas de tratamentos entre grupos raciais.

As teorias racialistas foram apoiadas inicialmente na biologia, mas só recentemente as raças biológicas foram questionadas nesta ciência, o que foi um avanço, porém estes questionamentos das “justificativas naturalistas” foram feitos nas ciências humanas. Por outro lado, a defesa do termo pelas ciências sociais enfatiza, segundo Guimarães (1999, p.21), a necessidade de demonstrar o caráter específico de um subconjunto de práticas e crenças, muitas vezes discriminatórias, além do fato de que para sujeitos que sofrem ou sofreram efeitos do racismo, não há alternativa a não ser reconstruir criticamente os conceitos da mesma ideologia.

Para Guimarães (1999):

[...] é possível construir um conceito de “Raça” propriamente sociológico, que prescindia de qualquer fundamentação natural, objetiva ou biológica. Acredito, ademais, que somente uma definição nominalista de “raça” seja capaz de evitar o paradoxo de empregar-se de modo crítico (científico) uma noção cuja principal razão de ser é justificar uma ordem acrítica (ideológica). (GUIMARÃES, 1999, p. 22).

Concentrar na discussão das noções de “raça” e racismo é fundamental para entender como esse processo se articula em campo brasileiro, pois é comum se atribuir cor a sujeitos pertencentes a um grupo que se articula nesses quesitos de “raça”, onde se inicia de uma forma articulada e específica o racismo.

Na sociedade brasileira a grande mobilização da elite e intelectualidade, na passagem do século XIX para o XX, era quem fundamentava as teorias científicas da nação brasileira. Para Malachias (2006) a mobilização era impulsionada pelos processos de construção do Estado-nação e o de adequação do território à modernização capitalista, promovida pela revolução industrial.

A prática política de constituição do Estado se realiza por meio de uma forma estatal discriminatória de dominação racial, que coloca uma raça acima da outra de forma ilegal, ou seja, sem documentos escritos, mas institucionalizada informalmente como discriminatória. Deixar de escrever esses fatos não impediu que fossem praticados normalmente.

Assim, coube aos intelectuais justificar uma prática política mais justa e igualitária.

Os conceitos de hereditariedade, pureza racial, clima e meio físico natural são as determinações explicativas do progresso das nações. Dessa forma aquilo que racialmente e climaticamente fosse diferente das características humanas e físicas naturais da Europa era pelo racismo científico condenado ao insucesso civilizatório. É com base nesse argumento, que o racismo científico lança dúvidas sobre as reais possibilidades de progresso das nações racialmente impuras, ainda mais localizadas em áreas tropicais. (MALACHIAS, 2006, p. 13).

Moraes (2011) traz uma visão do contexto de territorialização do espaço geográfico brasileiro. Este autor concebe a história (numa ótica geográfica) como uma progressiva e reiterada apropriação e transformação do planeta, resultando numa cumulativa antropomorfização do espaço terrestre (MORAES, 2011). Relações cada vez mais complexas surgem entre os grupos sociais e os espaços que os abrigam, sejam os naturais ou os já transformados. Nesse sentido, o processo de valorização do espaço pode ser desdobrado em alguns processos mais específicos que convivem em diferentes arranjos ao longo da história, como no caso da colonização/exploração no Brasil.

Segundo o autor,

[...] a colonização envolve conquista, e esta se objetivava na submissão das populações encontradas, na apropriação dos lugares, e na subordinação dos poderes eventualmente defrontados. A colonização é, antes de tudo, uma afirmação militar, a imposição bélica (mesmo que, num primeiro momento, diplomática) de uma nova dominação política. (MORAES, 2011; 65).

O processo de colonização cultural e racial demandava, segundo o autor, uma retroalimentação, que só podia ser suprida pela apropriação de riquezas entesouradas ou pela exploração dos recursos naturais da terra, por meios dos colonizados.

Por isto,

Para tais explorações o processo se deu não pela mão de obra europeia, mas sim dos nativos brasileiros (índios) e de povos trazidos à força de

países do continente africano, resultando no dito trabalho compulsório por meio de diferentes modalidades (servidão, escravidão, etc.) (MORAES, 2011, p. 69).

A sobrevivência de relações sociais muito padronizadas, herdadas da organização colonial, torna difícil falar em bem comum ou em vontade geral nestas sociedades, onde vigoram formas de trabalho compulsório (entre elas, o escravismo) e impedimentos sociais extraeconômicos, de raça, por exemplo, onde a hierarquia racial toma força e a supremacia branca (colonizadores europeus) tem controle de qualquer relação social que qualquer pessoa não branca (seja ela índio ou negro) possa ter fora do regime de escravidão (MORAES, 2011). Em tais sociedades, o “povo” não abarca a totalidade da “população” do país, pois ali vigoram regras de exclusão na distribuição dos direitos de cidadania, tendo por situação de limite a dos escravos, que se caracterizam como “propriedades” e não como sujeitos políticos, afirma o autor.

Por este motivo,

[...] é impossível que todo o efetivo demográfico do país seja qualificado como povo, uma vez que os indivíduos submetidos à condição de escravos não se apresentavam na arena pública como sujeitos políticos e sim como mercadorias, isto é, como propriedades de alguém. (MORAES, 2011; 79).

Nesse sentido, ainda segundo Moraes (2011, p. 79), a vontade do colonizador fica acima de qualquer outra, deixando o cativo sem vontade própria alguma. O autor afirma que para se convencer o escravo da sua obediência era mantido um mecanismo de castigos, com muita violência, que se expressa no exemplo do pelourinho, instrumento de açoite para uma “educação” das sociedades escravocratas. Durante tanto tempo (mais de trezentos anos) as relações escravistas, se tornaram comuns, e esse fato marcou a estrutura social como um todo, indo além do relacionamento entre senhor e escravo, continuidade nos processos das relações hierárquicas. Não se tinha convivência fora desse modo de escravidão, todas as relações entre a população não escrava são marcadas pela presença da escravidão, que induz nesse segmento a geração de laços de identidade por diferenciação. Isto é, os indivíduos reconhecendo-se como iguais na oposição à condição de escravo, criando no contraponto laços identitários entre os livres, sendo a miscigenação forçada é um dos fatores dessas relações (MORAES, 2011, p. 80).

Por volta de 1530, os africanos, trazidos sob correntes, já aparecem exercendo seu papel de "força de trabalho"; em 1535 o comércio escravo para o Brasil estava regularmente constituído e organizado, e rapidamente aumentaria em proporções enormes (NASCIMENTO, 1978), assim constituiu atividades significativas da colônia portuguesa, como as plantações de

cana-de-açúcar que se espalharam pelas costas do nordeste, o que bem ilustra a velocidade expansionista da indústria açucareira desenvolvida com o uso da força muscular africana.

O autor relata que:

Por quase duas centúrias, a plantação de cana-de-açúcar e seu processamento requerem a concentração de escravos na região nordestina do Brasil, embora os africanos estivessem espalhados por todo o território nacional. (NASCIMENTO, 1987, p. 49).

O papel do negro, introduzido como escravo na então novata sociedade brasileira, foi decisivo para os começos da história econômica de um país fundado sob aspectos imperialista. Sem o escravo a estrutura econômica do país jamais teria existido. O africano escravizado construiu as fundações da nova sociedade com causa e efeito sobre a escravidão e a quebra da sua história, sua cultura, seu convívio e costumes, quando ao mesmo tempo seu trabalho significava a espinha dorsal daquela colônia, ele abasteceu toda a aristocracia branca, com colheita, plantio, alimentos e produção de riqueza.

Moraes (2011) relata que:

Nos países de formação colonial a dimensão espacial adquire considerável potência na explicação de suas dinâmicas históricas, pois a colonização é em si mesma um processo de relação entre a sociedade e o espaço. A colonização envolve uma sociedade que se expande e os espaços onde se realiza tal expansão, implicando apropriação da terra e submissão das populações autóctones defrontadas (MORAES, 2011, p. 81).

A conquista territorial para os colonizadores é o ápice da consolidação do domínio sobre a colônia, logo as análises geográficas eram de suma importância para iluminar as mediações de suas conquistas. Sendo assim podemos identificar a história do Brasil nesse parâmetro (MORAES 2011). Logo após a descoberta dessas terras os colonizadores partiram para conhecer as novas terras e os tesouros que ali estavam, denominavam o Brasil como o “paraíso”, isso pelas riquezas naturais, que a partir dali seriam extremamente exploradas.

A compreensão de como se articulam os diferentes conceitos que compõem a nossa identidade nacional permanece como um campo desafiador das ciências sociais brasileiras desde o fim do século. É uma tradição marcada por discursos conflitantes que frequentemente estabelecem como ponto de partida a discussão do conceito de “democracia racial”.

Como escreveu o abolicionista francês M. Quentin no século XIX, o Brasil teria escapado à violência de raça:

O que facilitará a transição [para um regime de mão de obra livre] no Brasil é que lá não existe nenhum preconceito de raça. Nos Estados Unidos e em Cuba todos os homens de cor, mesmo um liberto, são olhados de cima como inferior pelos homens de raça branca. Não há

nada disso no Brasil: lá todos os homens livres são iguais; e esta igualdade não é só da lei, mas é também da prática cotidiana (...). A igualdade lá não é só um direito: é um fato. (QUENTIN apud AZEVEDO, 1996, p.156).

Há considerações que o processo de escravidão foi tranquilo e brando, justificativa que reforça essa ideia é o incentivo para a presença de viajantes estrangeiros no Brasil em 1808, após a vinda da família real. Porém essa teoria só reforça o fato de que os negros que já estavam no Brasil não servirem para serem parte atuante da população, tendo a necessidade de que imigrantes fossem trazidos ao Brasil, para então se constituir uma sociedade.

Na obra *Casa-grande & senzala* de Gilberto Freyre de 1933, que de uma literatura densa identifica de forma sistematizada a ideia de democracia racial, onde há igualdade para todas as cores geradas no Brasil, momento que naturaliza a escravidão. A imagem de uma miscigenação favorável a todos e com um perfil puro é a reflexão de Freyre, que assim se deixou distanciar do racismo que prevalece nas ciências sociais do início do século XX e admitido de influência de diversas culturas para a formação do nacionalismo. Deste modo,

O mito da democracia racial não nasceu em 1933, com a publicação de *Casa-grande & senzala*, mas ganhou através dessa obra, sistematização e status científico (...). Tal mito tem o seu nascimento quando estabelece uma ordem, pelo menos do ponto vista do direito, livre e minimamente igualitária. (BERNARDINO, 2002, p.251).

Florestan Fernandes, teve trabalhos importantes em respeito à obra de Freyre, trazendo contribuições para desvendar o padrão abusivo das relações raciais no Brasil, sobretudo aos escravos negros. O autor relata um país pragmático hostil a admitir o preconceito, por conseguinte o racismo. Fernandes (1995) também desmistifica a democracia racial, e a virtude da miscigenação.

Não existe democracia racial efetiva, onde o intercâmbio entre indivíduos pertencentes a ‘raças’ distintas começa e termina no plano da tolerância convencionalizada. Esta pode satisfazer às exigências do bom-tom, de um discutível ‘espírito cristão’ e da necessidade prática de ‘manter cada um no seu lugar’. Contudo, ela não aproxima realmente os homens senão na base da mera coexistência no mesmo espaço social e, aonde isso chega a acontecer da convivência restritiva, regulada por um código que consagra a desigualdade, disfarçando-a e justificando-a acima dos princípios de integração da ordem social democrática” (FERNANDES, 1960, p. 14).

Pelas desigualdades de oportunidades econômicas e sociais para negros e brancos, é evidente que a democracia racial de Freyre, assim, se reconstrói na utopia do passado brasileiro, justificada por uma ideologia, entendida como falsa ilusão, definida pela ausência de

preconceitos e discriminação, fato refutado em teses e situações comprovadas no passado histórico do Brasil.

O poder do mito da democracia racial foi de certa forma significativo, mas a imagem de tolerância e da naturalização da sociedade na hierarquia da época, não tinha como motivar os negros de articulação de formas de luta, os deixando sem ações concretas para sair da base da pirâmide ideológica da hierarquia.

A escassez de capital-homem supriram-na os portugueses com extremos de mobilidade e miscibilidade, [...], em uma atividade genésica que tanto tinha de violentamente instintiva da parte do indivíduo quanto de política, de calculada, de estimulada por evidentes razões econômicas e políticas da parte do Estado. (...). Quanto a miscibilidade, nenhum povo colonizador dos modernos, excedeu ou sequer igualou nesse ponto os portugueses. Foi misturando-se gostosamente com mulheres de cor logo ao primeiro contato e multiplicando-se em filhos mestiços que uns milhares apenas de machos atrevidos conseguiram firmar-se na posse de terras vastíssimas (...). A miscibilidade mais do que a mobilidade, foi o processo pelo qual os portugueses compensaram-se da deficiência em massa ou volume humano para a colonização em larga escala e sobre áreas extensíssimas. (FREYRE, 2006, p.70).

Este grau de mestiçagem se manteve permanente durante toda nossa história, circunstância que fazia do sistema de classificação nacional “pluralista e multirracial, em contraste com o rígido sistema birracial dos Estados Unidos.” (KIDMORE, 2012).

Gilberto Freyre escreve que o contato do homem português com a mulher indígena e com a africana foi feito harmoniosamente, pois essas relações se baseavam na hierarquia, superiores e inferiores; ele trata a entrada do colonizador no meio indígena como uma intrusão, e atribui as mulheres negras as libertinagens e serviços domésticos. A colonização em Casa-grande & Senzala é fortemente afetada pela escravidão que atuou para reduzir a forma moral dos tempos patriarcais, onde o africano era submetido a um regime de servidão e forçado a interagir num ambiente totalmente contra sua cultura.

Sempre que consideramos a influência do negro sobre a vida íntima do brasileiro, é a ação do escravo, e não a do negro por si que apreciamos. [...] Ao lado da monocultura, [a escravidão] foi a força que mais afetou a nossa plástica social. Parece às vezes influência de raça o que é influência pura e simples do escravo: do sistema social da escravidão. Da capacidade imensa desse sistema para rebaixar moralmente senhores e escravos. O negro nos aparece no Brasil, através de toda nossa vida colonial e da nossa primeira fase independente, deformado pela escravidão. [...] O negro deve ser julgado pela atividade industrial por ele desenvolvida no ambiente de sua própria cultura, com interesse e entusiasmo pelo trabalho.” (SKIDMORE, 2012, p.81).

O autoritarismo descrito por Freyre é percebido por diversos autores como Jessé Souza que destaca que “O sistema Casa-grande & senzala” dependia não só de uma extrema hierarquização das relações sociais, mas também da função nele desempenhada pelos indivíduos”, como por exemplo, que a mulher da época poderia exercer funções além do seu papel social, mas a hierarquia deveria predominar socialmente, e ainda assim de forma patriarcal.

Com isso Gilberto está evidentemente dizendo não que o sistema não era injusto ou despótico, mas apenas que ele era sociologicamente flexível [...], desde que o princípio estruturante, personalista, privatista e familístico fosse mantido. [...] Fazia parte mesmo da flexibilidade do sistema o abandono de características segregadoras a partir da dimensão biológica, tão determinante em outros sistemas com características semelhantes, em favor de uma sobredeterminação sociológica ou funcional [...]. Assim, a realização diferencial de certos fins e valores considerados de utilidade social inquestionável era mais importante, por exemplo, que a cor da pele do indivíduo em questão. (SOUZA, 2000b, *apud* SILVA, 2015, p.09).

Freyre dá indícios para os leitores de que a nossa experiência colonial não se construiu em total distinção entre escravos e livre, mas com a miscigenação e choques de culturas diversas, como quando escreve sobre o processo de formação da língua portuguesa; é como se a escravidão tivesse um fator de aproximação entre senhores e escravos através desses atos:

Sucedeu, porém, que a língua portuguesa nem se entregou de todo à corrupção das senzalas, no sentido de maior espontaneidade de expressão, nem se conservou acalafetada nas salas de aula das casas-grandes sob o olhar duro dos padres mestres. A nossa língua nacional resulta da interpenetração das duas tendências. (...) A força, ou antes, a potencialidade da cultura brasileira parece-nos residir toda na riqueza de antagonismos equilibrados. (FREYRE, 2006, pp. 417-418).

Vale a pena reforçar que a miscigenação brasileira, sem o advento do racismo científico, seria meramente o resultado das relações de sujeitos, uma característica biológica. Malachias (2006) porém, sob a influência negativa do racismo científico, se constituiu em fenômeno social, detentor de ordem hierárquica estruturante da sociedade brasileira. Qualquer estudo sobre racismo no Brasil, não era considerada tão necessário e importante, já que esse termo e concepção era visto como tabu, o imaginário de uma democracia racial era forte e “real”.

Para Guimarães (1999);

[...] a linguagem de classe e cor, no Brasil, sempre foi usada de modo racionalizado. Tanto a tonalidade da pele quanto outras cromatologias figuradas “naturalizaram” enormes desigualdades que poderiam eventualmente compreender a autoimagem brasileira de democracia racial. (GUIMARÃES, pg. 40, 1999).

A mestiçagem tratada com louvor no Brasil reproduziu, e ainda reproduz, sem dúvidas, segregações espaciais distintas entre negros e brancos, produto das discriminações que acompanham além da ideologia da democracia racial a tese do branqueamento. O homem branco, naquele momento seria o ideal para a transformação civilizatória da nação. Essa tese era defendida e consistia na introdução de população branca imigrada da Europa, simbolicamente esse imigrante iria contribuir biologicamente e culturalmente para o “bem” do país. Para Malachias (2006) a ideia principal desta tese era que o cruzamento de europeus com os nativos daqui reproduziria um sujeito “melhorado”, e depois de um tempo neste processo se conseguiria o branqueamento total da nação. A efetivação da tese do branqueamento demandou ações normativas de cunho político, como ações técnicas de organização espacial geográfica, como a construção e estruturação do ambiente como ferrovias, rotas, portos e vilas, ou seja, as segregações socioespaciais começam a tomar forma, separando geograficamente brancos e não brancos.

Entre os anos de 1890 e 1944, cerca de 2,5 milhões de europeus vieram como imigrantes para o Brasil, elevando a taxa de brancos na população nacional. Isso ocorreu devido aos incentivos promovidos por uma imigração branca para efetivar a tese do branqueamento, fato que teve resultados de sucesso, mas não distante de inquietudes, tensões e conflitos.

Seyferth (1996), afirma que:

[...] o branqueamento da raça era visualizado como um processo seletivo de miscigenação que, dentro de um certo tempo (três gerações), produziria uma população de fenótipo branco [...] portanto, em termos gerais, o Brasil teria uma raça, ou um tipo ou, ainda, um povo (o conceito empregado não importa) nacional. Em suma, a característica que faltava para definir a nação. Sendo assim, os imigrantes tinham um papel adicional a exercer: contribuir para o branqueamento e, ao mesmo tempo, submergir na cultura brasileira através de um processo de assimilação” (SEYFERTH, p.49, 1996).

Por impossibilidade biológica, a sociedade brasileira abandonou o conceito de pureza, mas não abandonou o conceito de superioridade racial. Pelo contrário, a reiteração não se define mais pela pureza/origem da raça, mas pela continuidade dos níveis de cor, do mais claro ao mais escuro. A cor não é mais um atributo genético, mas agora, antes de tudo, é status e valores sociais relacionados.

Para a solução deste grande problema- a ameaça da "mancha negra" - já vimos que um dos recursos utilizados foi o estupro da mulher negra pelos brancos da sociedade dominante, originando os produtos de sangue misto: o mulato, o pardo, o moreno, o pardavasco, o homem-de-cor, o fusco, mencionados anteriormente. O crime de violação cometido contra a mulher negra pelo homem branco continuou como prática normal através das gerações. (NASCIMENTO, 1987, p. 69).

Entre caminhos pela casa grande e senzala, o mulato prestou serviços importantes à classe dominante; durante a escravidão ele foi capitão-do-mato, feitor, usado em diversas tarefas de confiança dos senhores, e, mais recentemente, o elevaram como um símbolo da nossa "democracia racial", onde "pessoas de cor", mesmo tendo tonalidades mais claras por conta da mestiçagem, mas mesmo assim não era considerado branco. Nele se concentraram as esperanças de mancomunar a "ameaça racial" representada pelos africanos. E estabelecendo o tipo mulato como o primeiro degrau na escada da branquificação sistemática do povo brasileiro, ele é o marco que assinala o início da liquidação da raça negra no Brasil (NASCIMENTO, 1987). Porém, a despeito de qualquer vantagem de status social como ponte étnica destinada à salvação da raça ariana, a posição do mulato essencialmente se equivale àquela do negro: ambas vítimas de igual desprezo, idêntico preconceito e discriminação, cercado pelo mesmo desdém da sociedade brasileira institucionalmente branca.

Realizar estudos sobre relações raciais no Brasil com perspectivas geográficas, é importante analisar a partir questão da desigualdade no modo de produção capitalista, como uma discussão marxista, e entender que essa desigualdade é transmitida de uma geração para a outra, o que demonstra a continuação dessa questão no Brasil, e que podemos perceber a existência de "uma linha de cor, demarcatória da mobilidade socioeconômica e espacial dos grupos étnicos e raciais existente" (MALACHIAS, 2006.).

Essa demarcação racial é fruto da forma compulsória que aconteceu a imigração de milhões de africanos trazidos para serem escravos no Brasil, promoveu o processo de genocídio dessa população e o estruturou a vida socioespacial desse grupo, desde sempre marginalizados e sem tratamento básico de sobrevivência civilizatória, como acesso a bens básicos de saúde e educação. Essa delimitação étnica é vivenciada de forma bruta e hostil quando grupos europeus são trazidos ao Brasil para valorizar a população e embranquecer, já que esses grupos eram vistos como superiores em questão de racialidade. Cada parte dessa nova nação europeia recém chegada ao país trazia consigo suporte cultural valorizado e que foi introduzido como benéfico nas relações sociais.

Em outro ponto os povos africanos ou até mesmo os nativos brasileiros eram colocados em contextos socio culturais, políticos e sociais totalmente diferentes dessa lógica branca vinda a Europa. Um exemplo notório é a diferenciação das nações aos emigrantes europeus, havia classificação dos italianos, alemães, ingleses, franceses, portugueses, entre outros. Já os africanos eram desconsiderados em relação aos seus grupos étnicos, as diferenças foram agrupadas e homogeneizadas apenas pela cor da pele, sem levar em conta aspectos culturais,

linguagens, geografia da morada no país de origem ou até mesmo a distinção dos países. Fato também ocorrido com os indígenas nativos do Brasil, que há diversidade entre os grupos, mas sempre foram tratados como um único grupo étnico.

Ao analisar atualmente, houve diversas consequências no espaço devido essas desigualdades e segregações, embora os conflitos e desigualdades sejam notados ainda assim a sua importância é minimizada. Fruto disso são as formações das cidades com a marginalização de grande parte da população negra, as estatísticas que apontam essa mesma população no topo dos números que diz respeito a criminalidade e não acesso a educação ou situações básicas de saúde. As políticas públicas vem como mecanismos para repor essas consequências e minimizar essas situações, afim de garantir que todos possam ter acessos igualitários em qualquer espaço.

Assim, a partir das discussões apresentadas, é possível compreender que a formação sócio espacial brasileira se baseia em conceitos importantes como raça e racismo, e abre caminho para discussões necessárias a respeito das colocações abordadas no próximo capítulo, onde será possível compreender as relações raciais no Brasil

3. TERRITORIALIZAÇÃO DAS RELAÇÕES RACIAS NO BRASIL

Neste capítulo será abordada a discussão sobre relações raciais no Brasil e como ela é permeada por uma diversidade de termos e conceitos e como a geografia aborda estas questões e como revelam não somente a teoria da temática racial, mas também como os atores sociais conseguem fazer diferenciações a respeito das relações raciais brasileiras e também do papel geográfico no contexto da temática racial, e como a partir dessas relações conseguimos compreender a importância de se assumir uma identidade pautada na raça no Brasil.

A identidade negra é construída dentro de um movimento de várias situações envolvidas entre causas e efeitos, como nos demais processos de identidades, e desde as primeiras relações estabelecidas em contatos pessoais diretos se estabelecem grupos sociais mais interiores. No geral, o início desse processo vem do seio familiar e vai criando ramificações e desdobramentos a partir das outras relações que o sujeito estabelece, como em escola, trabalho, grupo de amigos, faculdade.

Segundo Gomes,

A identidade negra é entendida, [...] como uma construção social, histórica, cultural e plural. Implica a construção do olhar de um grupo étnico/racial ou de sujeitos que pertencem a um mesmo grupo étnico/racial, sobre si mesmos, a partir da relação com o outro. (GOMES 2011, p. 43).

Um dos maiores desafios da nossa sociedade é a construção da identidade negra afirmativa, que traz em sua história pensamentos preconceituosos de cunho racista, e que para uma aceitação é preciso rejeitar a si mesmo desde muito cedo. Essa construção primária deve ser fruto de políticas educacionais, que estimulem os alunos a se aceitarem e buscarem a verdadeira identidade de negras e negros no Brasil. Será que incorporamos essa realidade de maneira séria e responsável, quando discutimos, nos processos de formação de professores (as), sobre a importância da diversidade cultural? (GOMES, 2005, p. 43), ou apenas reforçamos de maneira burocrática esse processo, através de leis que colocam em pauta a discussão das Relações Étnico Racial.⁴

A construção da identidade negra no Brasil é entendida ao considerá-la não somente na sua dimensão subjetiva e simbólica, mas, sobretudo no seu sentido político e físico (território), como uma:

[...] tomada de consciência de um segmento étnico-racial excluído da participação na sociedade, para a qual contribuiu economicamente, com

⁴ A Lei nº 9.394/96 dispõe: Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira. (Incluído pela Lei nº 10.639, de 9.1.2003)

trabalho gratuito como escravo, e também culturalmente, em todos os tempos na história do Brasil (MUNANGA, 1994, p. 187).

Para o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) cor ou raça é característica declarada pelas pessoas de acordo com as seguintes opções: branca, preta, amarela, parda ou indígena. Para antropólogos ou outros estudiosos das ciências humanas o que entra nesse debate é muito mais amplo que apenas uma definição, mas a própria experiência de vida de toda sociedade.

Segundo Gomes (2005) observa, quando alguém usa o termo raça para falar sobre a realidade dos negros, dos brancos, dos amarelos e dos indígenas no Brasil ou mundialmente, devemos prestar atenção no sentido intencionado do termo e qual contexto ele surge a utilização do termo raça pelo Movimento Negro e por alguns estudiosos da sociologia não se faz pregada na concepção de raças superiores e inferiores, como usado anteriormente em outros séculos. Usam, segundo a autora, por uma nova interpretação, que tem base na medida política e social do termo. E, segue a autora, longe de uma reação racista a usam, pois a discriminação evidencialmente racial existente na sociedade brasileira e se dá não apenas pelos aspectos culturais de representantes dos vários grupos étnico-raciais, mas também a relação ao fenótipo de negras e negros.

A questão de identidade e raça estão semelhantemente ligadas a questão de classe. Silva (2016) resgata uma visão marxista sobre a escravidão, que “cresceu como um braço do capitalismo comercial”, e a ideologia racista que foi forjada para justificá-la fez com que negras e negros entrassem no capitalismo moderno numa situação ao mesmo tempo desigual (pelo peso da opressão racial) e combinada (pelos mecanismos da exploração de classe) quando comparados às trabalhadoras e trabalhadores brancos.

Essa questão, segundo Silva (2016, p. 9) permeou e permeia os meios de convívio social até hoje, como exemplos frequentes de pessoas capacitadas que foram vítimas de racismo ao estarem em paridade com concorrentes brancos e não conseguirem espaço. O autor afirma que cabe a nós então um enorme desafio, começando pela difícil tarefa de formular um país com mais negras e negros fora do continente africano, com classe fortemente miscigenada, onde negras e negros são explorados e onde, ao mesmo tempo, o racismo é “naturalizado/visibilizado” através do mito da democracia racial.

Enfrentar essa situação exige dos revolucionários um programa de “raça e classe” que combine a luta imediata contra as circunstâncias específicas de opressões criadas pelo racismo com a luta pelo socialismo, única forma de garantir aos mais explorados e oprimidos “a

liberdade, a igualdade e a fraternidade” que foram prometidas, mas nunca garantidas pela burguesia [...] (SILVA, 2016, p. 18).

Milton Santos (1996) diz que há três dados centrais para entender questões centrais do preconceito, do racismo e da discriminação. Divididos entre a corporalidade, individualidade e a questão da cidadania, as bases da maneira como estamos convivemos em sociedade. A primeira, segundo o autor, inclui dados objetivos (são as capacidades de fazer e ser), a segunda são dados subjetivos (exercício da transindividualidade, consciência de si e do mundo) e a última inclui dados político e propósitos jurídicos (capacidade de exercitar a reivindicação plena). Contudo, essas questões estão ligadas ao grau de consciência, se volta, por conseguinte para o ponto da individualidade.

O modelo cívico brasileiro é herdado da escravidão, tanto o modelo cívico cultural como o modelo cívico político. A escravidão marcou o território, marcou os espíritos e marca ainda hoje as relações sociais deste país. Mas é também um modelo cívico subordinado à economia [...]. (SANTOS, 1996, p.135.)

O autor afirma que a força presente da globalização tem um grande efeito sobre os aspectos sociais, incluindo principalmente a questão do preconceito. Até as próprias técnicas com que se trabalha hoje afirmam tais questões, pois quanto mais forte a técnica mais força ela tem de expulsão a outras, se impondo. É possível compreender esse processo através do presente clima social, onde esse sistema acaba sendo desfavorável às pessoas consideradas “inferiores”, resultando nos elementos característicos da força do darwinismo social (ação que condena pessoas consideradas inferiores na sociedade mundial). E com a força crescente da globalização o clima contra as minorias se agrava no processo tendencioso para julgamentos de valores em virtude da raça. Santos (1996) diz que é a perversidade da globalização, consagrando os fortes, e pela mesma ocasião naturalizando o racismo, preconceitos e discriminações.

Através dessa discussão é importante compreender como esse processo de afirmação da identidade negra se dá em meio à conquista de políticas públicas. Considerando que a política de cotas consiste em uma das ações afirmativas desenvolvidas no Brasil, é primordial analisar a história e o contexto que materializou essas ações no país.

A educação é o melhor campo para se combater as desigualdades e lutar por justiça na garantia de direitos, já que “O campo educacional é o principal foco de reivindicação por inclusão racial dos movimentos sociais negros” (SANTOS; ROGRIGUES, 2016, p. 27). O movimento negro se levanta e traz a importância do papel de militância dos movimentos sociais, essencialmente do movimento negro no combate contra as desigualdades sociais/raciais.

No ano de 1978, é criado o Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial cujo objetivo era aglutinar todas as correntes de

luta antirracista em um só movimento reivindicativo. Não era só denúncia, a luta contra o racismo representava condição para a redemocratização do país, assinalando a necessidade de sua incorporação nos programas partidários e nas lutas populares (SANTOS; ROGRIGUES, 2016, p. 25).

A criação do Movimento Negro Unificado teve a intencionalidade de unir diversas vertentes de lutas antirracistas em um único movimento, com objetivo de trazer para a sociedade a importância das lutas populares para a conquista de seus direitos, e demonstrar que a resistência contra o racismo se faz com luta.

A luta do movimento negro antirracista vai para além da igualdade de direitos, em busca da reconstrução social brasileira baseado em fatores mais justos e igualitários. O movimento negro não é um movimento que luta por causas individuais, há outros grupos que são integrados a ele e juntos formam o coletivo de luta, há diversos interesses em pauta, e o movimento se articula nessa pluralidade.

Santos e Rodrigues (2016, p. 34), citados por Macedo (2018, p. 72), dizem que no cenário educacional foi enfatizado a importância de se entender o processo como instrumento marcante na reprodução social. Logo, é no terreno da educação que são reproduzidas as ideologias da sociedade, as desigualdades raciais e sociais são entendidas nesse momento:

A educação no Brasil segue alicerçada na ideologia da democracia racial ao passo que promove diferenciação velada entre grupos raciais. Acreditamos que combater o racismo no ambiente escolar é um caminho para o enfrentamento na sociedade como um todo. (SANTOS; ROGRIGUES, 2016, p. 31 *apud* MACEDO, 2018, p. 72).

Para esses autores o preconceito e o racismo educacional acabam por influenciar de forma ruim. Como já discutido anteriormente, esse preconceito permanece em todos os níveis de ensino e manifesta-se nos índices de conclusão do ensino médio e segue no acesso à educação superior.

A discriminação racial se materializa em várias desigualdades socio raciais, e em muitas outras interseccionalidades, que afetam a trajetória acadêmica e profissional de afro-brasileiros/as, o que expressa que não temos em nosso país a aparente harmonia étnico-racial pregada por meio do mito da democracia racial. O movimento negro e o movimento de mulheres negras, os/as intelectuais afro-brasileiros/as, têm sido protagonistas na problematização da questão racial ao longo da história, colocando o debate étnico-racial em pauta, fazendo denúncias e atos políticos, formando militantes e pressionando o Estado por políticas públicas específicas, além da conquista de marcos legais, da formulação de propostas de políticas (cotas, estatuto da igualdade racial, entre outras). Esta é uma luta por direitos e oportunidades iguais [...]. (CORDEIRO, 2017, p. 53 *apud* MACEDO, 2018, p.72).

O Estado precisa sempre estar se sentindo pressionado para que as condições e intenções fossem pauta de aprovação, assim as políticas públicas específicas para os afro-brasileiros e os processos de aprovação de projetos de leis são levados em consideração; mas ainda há muito trabalho pela frente, os campos de disputas que atuam o movimento negro têm sido ótimos, por conseguinte a política de cotas é um pedaço muito significativo desta luta.

Sempre na sociedade houve conflitos, sejam eles de diferentes sentidos, isso faz com que haja interesses comuns dentre os grupos sociais, e as conquistas relacionadas às ações afirmativas se deram por conta desses objetivos comum.

É preciso ter claro que a política de ações afirmativas transita em um campo em conflito, no qual estão em jogo diferentes interesses e entendimentos sobre o que seja a justiça social e a igualdade de oportunidades (ROSA; FONSECA, 2016, p. 135).

Para o geógrafo Moraes (1988) a *formação* é a unidade dialética entre a formas e processos que envolvem a espacialidade das determinações econômicas, sociais e políticas, desenhando-se desse modo como objeto empírico da relação *socioespacial*. Envolve representações, discursos, consciência e articulações práticas. Na teoria, a noção de formação “transita da vaga categoria de espaço ao preciso conceito de território”. Este definido pelo uso social que lhe é conferido, sendo impossível formulá-lo sem o recurso de um grupo social que o ocupe, lhe dê significado e o use.

Segundo Malachias (2006):

[...] pode-se entender o território, como dimensão espacial do Estado formado por distintas espacialidades: econômica, política, social, cultural, ambiental, que sem expressam material e imaterialmente. O território usado por grupos sociais de maneira diferente e desigual, não deve ser entendido apenas como localização e/ou ocupação do espaço territorial, mas principalmente, como situação, ou estado de grupo social, em relação aos demais grupos existentes e ao próprio território e suas espacialidades. Portanto como situações, econômica, política, social, cultural, e estados, de pobreza, riqueza e desenvolvimento humano que dão conformação físico-territorial e sócio-geográfica ao território. (MALACHIAS, 2006, p. 34)

Ainda segundo MALACHIAS, a análise detalhada da formação em suas espacialidades, isoladamente ou em conjunto, permite avaliar a natureza, a qualidade, a intensidade e dinâmica das desigualdades de um país, como também, desigualdades raciais de um modo mais específico. No Brasil podemos observar essas questões em dados estáticos, mapas e indicadores que expressam situações diferentes e desiguais para a população negra e não negra. Os números nos permitem perceber, analisar e criticar as desigualdades, e compreender então as formas espaciais, em um dos setores mais importantes do país percebemos a questão. Enquanto 76%

dos jovens brancos entre 15 e 17 anos estão matriculados no Ensino Médio, esse número cai para 62% entre a população preta – uma diferença de 14 pontos percentuais (p.p.). Ou seja, uma proporção maior de negros está em situação de atraso escolar (matriculado na série inadequada para sua idade) ou fora da escola. O levantamento é do Todos Pela Educação, com base em dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A sobreposição de vulnerabilidades dessa população aparece também na quantidade de jovens fora da escola, onde constituem maior número. Entre os jovens de 15 a 17 anos brancos, 7,2% não frequentam a escola; essa taxa é de 10,2% entre os pardos e de 11,6% entre os pretos. O menor acesso à Educação combinado à falta de apoio de outras áreas contribuem para os graves índices de vulnerabilidade entre a população negra. Hoje, eles são 64% da população carcerária, 76% dos mais pobres e também a grande maioria das vítimas de homicídio. Realidade de um dos últimos países a abolir a escravidão, mais de 300 anos depois, e ainda assim não se ofereceu medidas, por mais que mínimas, para que a população até então escravizada e sem direito algum, tivessem condições de ascender.

A discussão sobre a situação da educação dos negros no Brasil, como afirma Gonçalves e Silva (2000) é um dos caminhos que impulsiona o fomento de denúncias das interdições dos negros no acesso à educação. São conjunturas políticas e sociais que permitem correlacionar com a atual situação do perfil socioeconômico dos negros.

As categorias que configuram o perfil socioeconômico, como a raça/cor, a renda e a escolaridade do negro, seguem estritamente relacionadas à interdição educacional do negro ao longo da história do Brasil

Atualmente as pesquisas que determinam a situação de desigualdades entre as raças no país, evidenciam a disparidade socioeconômica entre negros e brancos em todos os tipos de desigualdades. Recentemente o IBGE (2019) atualizou as informações a esse respeito com a pesquisa sobre as desigualdades sociais por raça/cor no Brasil.

De modo que nos aspectos econômicos do perfil constatou-se que em 2018, 32,9% dos negros se encontravam abaixo da linha da pobreza, em contraste com 15,4% dos brancos. A média de rendimento mensal dos negros correspondeu a R\$ 1,608, a da população branca que foi de R\$ 2,796, de modo, que o rendimento mensal de uma pessoa branca é de mil reais a mais do que o rendimento mensal de uma pessoa negra (IBGE, 2019). As desigualdades econômicas que delimitam o perfil de quem é branco e de quem é negro estão estruturadas na sociedade desde o início da colonização do Brasil. Marques (2010) dispõe em seus estudos, a questão das desigualdades de renda a partir da má distribuição dos recursos no Brasil.

Para a autora,

A enorme desigualdade na distribuição de renda é entendida, como a causa determinante da pobreza do país. Nas últimas duas décadas, está cada vez mais perceptível a ampliação do fosso que separa os incluídos precariamente (MARQUES, 2010, p.36).

Essas condições de desigualdades estruturadas, repercutem no mercado de trabalho, na taxa de desemprego, na educação e na condição de moradia, ou seja, em várias categorias que delimitam o perfil socioeconômico, de forma que ao tecer discussões sobre as desigualdades no mercado de trabalho entre brancos e negros, evidenciou-se que 68,6% dos brancos ocupam cargos de gerência no mercado de trabalho em contraste com 29,9% dos negros, que ocupam os mesmos cargos, assim a cada sete pessoas a ocupar cargos de gerência, apenas duas são negras (IBGE, 2019).

Essas comparações são importantes para medir as desigualdades presentes no perfil socioeconômico, principalmente porque a população negra, segundo IBGE (2019), correspondeu em 2018 a maior parte da população no país com 55,8% de pessoas autodeclaradas pretas e pardas, em decorrência de 43,1% de pessoas autodeclaradas como brancas, o que deixa evidente que a condição de desigualdade no país tem cor. Nesse sentido, constatou-se que os problemas que atingem a sociedade são decorrentes em sua maioria das condições determinadas pelo perfil socioeconômico dos indivíduos que por sua vez, são pré-determinadas pelo modo de produção. Assim sendo, a renda se materializa socialmente como uma ferramenta de acesso ou de exclusão, tanto para a educação como para o mundo do trabalho. Para os negros, além da renda, o racismo institucional se configura como uma barreira a mais para ser ultrapassada, duplicando as dificuldades e a mobilização social. De acordo com Cordeiro (2017):

A mobilidade social, a movimentação de indivíduos e grupos na hierarquia social, é prejudicada em relação aos afro-brasileiros/as, pois em todo o processo estão em desvantagem devido à origem social e a discriminação racial. O que se percebe é que as desigualdades no mercado de trabalho também estão associadas às desigualdades que vem do âmbito educacional, visto que esse mercado exige mão-de-obra qualificada, porém, além dos fatores acadêmicos (diploma) e econômicos (renda), ou seja, da acumulação de capital cultural e econômico, outros se somam nas desvantagens que afetam afro-brasileiros/as, entre eles, o racismo, as discriminações e os preconceitos, que implicam no capital social e simbólico (CORDEIRO, 2017, p.55).

Partindo da concepção de que o acesso à educação contribui para minimizar as desigualdades raciais e socioeconômicas, entende-se o passado histórico da interdição dos negros no acesso à educação como um estopim para as discussões atuais, bem como para a necessidade de implementar as políticas de ação afirmativa.

Durante o processo de implementação da ação afirmativa, as instituições de educação superior tiveram um prazo para adaptar em seus processos seletivos as reservas de vagas, determinadas pela Lei nº 12.711/2012, de modo que até 2016 deveriam ter a porcentagem de 50% das cotas completadas. Segundo o Art. 8º da lei de cotas, “[...] As instituições deverão implementar, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) da reserva de vagas prevista nesta Lei, a cada ano, e terão o prazo máximo de quatro anos, para o cumprimento integral do disposto nesta Lei” (BRASIL, 2012).

A lei também não definiu quais as estratégias que as instituições de educação superior, deveriam utilizar para acolher e integrar os estudantes cotistas ao ambiente acadêmico. Levando em consideração o recorte de renda, a lei também não apresenta quais as estratégias de permanência que devem ser utilizadas para garantir a conclusão do curso, ou até mesmo a permanência, de modo que algumas instituições desenvolveram as suas políticas de assistência específicas para os estudantes negros cotistas e outras instituições não definiram, permanecendo com as políticas de assistências estudantis que já desenvolviam para assistir os acadêmicos de modo geral.

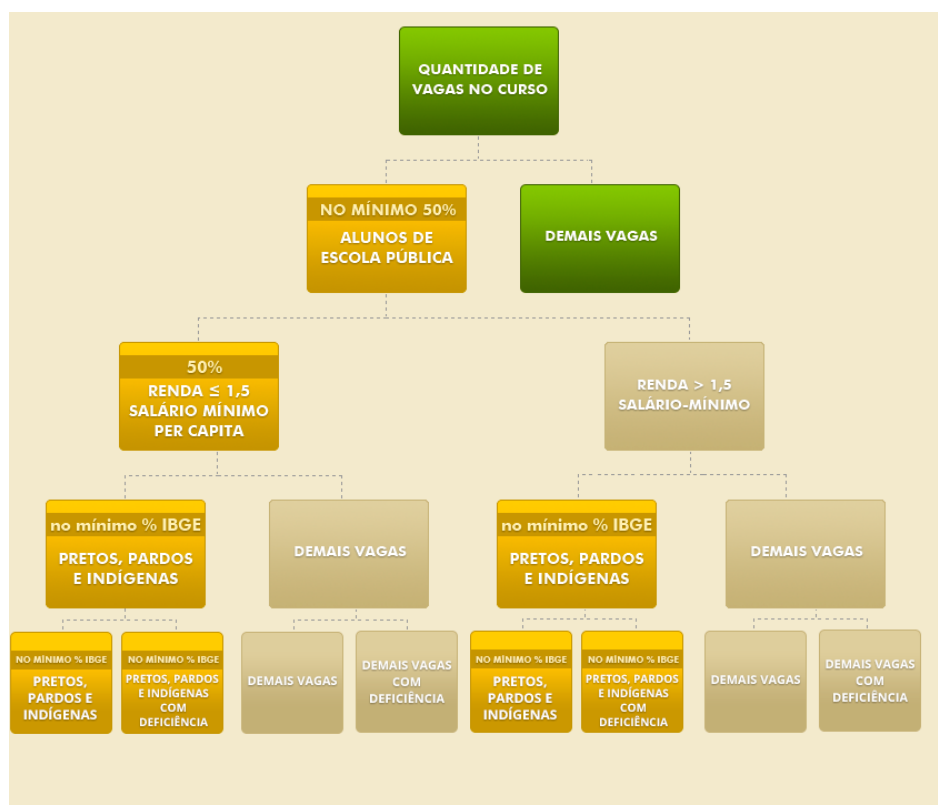
O aluno que deseja concorrer a uma vaga na educação superior pública por meio das cotas, precisa escolher essa opção ao realizar a sua inscrição no SISU ou caso a instituição realize processos seletivos, deve indicar no ato da inscrição sua opção para concorrer por uma das modalidades das cotas. Caso o aluno obtenha a nota de corte para o curso, precisa comprovar que possui o as condições⁵ especificadas no edital para ingressar por meio das cotas.

Deste modo, o estudante que optar por ingressar na educação superior por meio das cotas, não está isento de participar do processo seletivo ou até mesmo de ser reprovado, uma vez que para fazer essa opção o aluno deve primeiro ter realizado o ENEM ou a prova do processo seletivo (vestibular), caso a instituição de educação superior aplique. Assim, ao escolher concorrer em uma vaga das cotas, o estudante estará disputando a vaga com pessoas que tiveram as mesmas condições socioeconômicas e instrução educacional que ele, transformando o processo seletivo para acesso à educação superior mais democrático, mesmo que em sua essência contraditória, a meritocracia ainda prevalece como resultado final.

A figura 1 auxilia a compreender como funciona o esquema de reserva de vaga aplicada na política de cotas.

⁵ No caso das cotas raciais o aluno precisa fazer uma autodeclaração racial como preto ou pardo no ato da seleção do curso desejado, e caso a instituição de educação superior já tenha adotado as comissões verificadoras de autodeclaração, ou heteroidentificação, deverá se apresentar à comissão a partir das determinações previstas nos editais, as bancas ocorrem antes da matrícula dos estudantes. Disponibilizamos nos apêndices os documentos necessários para ingressar na UFMS pelas cotas para todas as linhas da política

Figura1: Sistematização da Política de Cotas



Fonte: MEC, 2012.

A partir do organograma apresentado na Figura um é possível observar que em um processo seletivo 50% das vagas são destinadas a política de cotas, enquanto 50% permanecem para a ampla concorrência. No entanto, a porcentagem que é destinada às cotas ainda tem subdivisões, conforme as linhas da ação afirmativa que estão dispostas na tabela 1, para estudantes egressos de escolas públicas (independentes da cor com recorte de renda), pessoas autodeclaradas pretas, pardos e indígenas de acordo com número de pessoas autodeclaradas que residem no estado que se está localizada a instituição de ensino, segundo a Lei nº 12.711/2012

A partir da pesquisa do IBGE (2019), é possível analisar a desigualdade educacional por raça/cor na educação superior: a taxa de frequência líquida na educação superior dos brancos correspondeu a 36,1%, enquanto a dos negros correspondeu a 18,3%. Com isso, pode-se afirmar que os negros ainda estão distantes de atingir os 33% de frequência líquida que a meta 12 do PNE pretende alcançar até 2024.

Por fim, acentua-se que 78,8% de pessoas brancas na idade de 18 a 24 anos estão na educação superior, enquanto que apenas 55,6% de pessoas negras estão na educação superior nessa faixa etária. Os dados aqui apresentados destacam-se por demonstrar a eficácia da política de cotas no aumento do acesso dos negros à educação superior pública, mas compreende-se que para garantir a continuidade desses resultados positivos, a política de cotas, que será discutida

sua continuidade em 2022, deve ser renovada, caso contrário, em poucos anos esses dados positivos podem retroceder.

No próximo capítulo será feita uma amostragem em relação a esses dados tendo a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul como campo de pesquisa para demonstrar a importância dessa ação afirmativa para a sociedade brasileira.

4. A UFMS EM MEIOS AS AÇÕES AFIRMATIVAS

Este capítulo tem como base a discussão do papel da UFMS em meio as Ações Afirmativas e a relação do aluno cotista com a política de cotas no processo de autoafirmação identitária, além de trazer aspectos que visam contribuir para a discussão da importância dessa política pública para o processo de autoafirmação identitária dos estudantes.

A Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, situada na Região Centro-Oeste, no estado de Mato Grosso do Sul, com seu campus sede no município de Campo Grande, como instituição de educação superior e universidade, tem como objetivo o ensino, a pesquisa e a extensão. Segundo Castanho e Freitas (2006, p.2): “estas instituições, como os demais contextos educacionais, são responsáveis pela promoção da cidadania e, como tal, têm o dever de oportunizar e incentivar uma educação para todos”. Com base nesses princípios, o acesso à educação é identificado como uma das prioridades para a garantia do direito à educação para todos. O campus de Três Lagoas é o segundo maior em quantidade de cursos, atrás apenas da Cidade Universitária (Campo Grande).

Para tanto, a Universidade, como uma instituição de formação de profissionais, necessita atuar de forma democrática sem preferência alguma de acadêmicos e/ou cursos oferecidos. Partindo deste ponto, a UFMS dispõe de dois papéis essenciais: formar profissionais com vistas às diversidades de nossa comunidade e tornar-se referência na formação destes profissionais.

Dessa forma,

[...] a UFMS promove a interiorização do ensino superior ao atender a Capital e mais dez cidades do interior no Estado. Visando ultrapassar os objetivos essenciais de aprimoramento do ensino e estímulo às atividades de pesquisa e de extensão, a UFMS vem participando ativamente da preservação dos recursos naturais do meio ambiente, especialmente da fauna e flora do Pantanal, região onde está inserida e que motiva estudos e pesquisas na Instituição. (UFMS, 2015, p. 17).

No ano de 2013 a UFMS começou aderir o sistema de cotas, onde a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, garante a estudantes que tenham cursado o ensino médio em escolas públicas a reserva de 50% das vagas, por curso e 37 turnos. A lei foi regulamentada a partir do Decreto nº 7.824/2012, com alterações do Decreto nº 9.034/2017, que define as condições gerais e a sistemática de acompanhamento das reservas de vagas. Há, também, a Portaria Normativa nº 18/2012, alterada pela Portaria Normativa nº 9/2017, do Ministério da Educação, que estabelece os conceitos básicos para aplicação da Lei, prevê as modalidades das reservas

de vagas, fixa as condições para concorrer às vagas reservadas e estabelece a sistemática de preenchimento.

Deste modo, destaca-se aqui a importância da criação da Divisão de Acessibilidades e Ações Afirmativas (DIAAF), que foi instituída a partir do ano de 2013. Segundo afirma a coordenadora da seção de Ações Afirmativas da UFMS, Isaura Regina Castelo Branco, em entrevista para a realização da pesquisa de trabalho de conclusão de curso da autora em 2018, 2013 foi quando “a UFMS aderiu ao sistema de reserva de vagas, em atendimento à Lei 12.711 de 2012, incidindo sobre as entradas via Sisu e nos outros processos seletivos dos cursos”, vale lembrar que no ano da entrevista em questão a UFMS ainda não aderiu o vestibular próprio como entrada exclusiva para a universidade. Segundo a entrevistada,

A DIAAF/UFMS é uma divisão que está contida dentro da coordenadoria de Desenvolvimento Profissional e Inclusão, que faz parte da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis a (PROAES), e eu faço parte da seção de Ações Afirmativas, componho uma equipe que trabalha para que o sistema de cotas venha funcionar da melhor maneira possível, longe de fraudes. Estamos novos nesse processo ainda, mas acredito que ainda irá se desenvolver muito bem daqui pra frente, depois da criação da banca de veracidade (Entrevista realizada à autora em 17/08/2018).

Desde 2017 a UFMS realiza em todos os campi e na Cidade Universitária a Banca de Avaliação da Veracidade da Auto Declaração para os candidatos selecionados no SISU por meio da reserva de vagas para pretos ou pardos. Participou somente os candidatos inscritos e selecionados nas vagas para pretos ou pardos, definidas conforme o Termo de Adesão da UFMS nas categorias de reserva de vagas: L3, L7, L11 e L15. A universidade publicou uma nota explicativa sobre o sistema de cotas, onde se tem que L3: Candidatos autodeclarados pretos ou pardos, com renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 salário mínimo que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (Lei nº 12.711/2012); L7: Candidatos autodeclarados pretos ou pardos que, independentemente da renda (art. 14, II, Portaria Normativa nº 18/2012), tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (Lei nº 12.711/2012); L11: Candidatos com deficiência autodeclarados pretos ou pardos, que tenham renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 salário mínimo e que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (Lei nº 12.711/2012); L15: Candidatos com deficiência autodeclarados pretos ou pardos que, independentemente da renda (art. 14, II, Portaria Normativa nº 18/2012), tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (Lei nº 12.711/2012).

Para elucidar essa discussão elaborou-se um quadro de acordo com as linhas da política de cotas, a partir do edital de matrícula da UFMS, do primeiro semestre de 2021, as linhas destacadas em negrito, correspondem às cotas pelas quais os estudantes negros podem ingressar na UFMS.

Quadro 1. Linhas que delimitam o acesso por meio da política de cotas

AC - CANDIDATOS DE AMPLA CONCORRÊNCIA
L1 - CANDIDATOS COM RENDA FAMILIAR BRUTA PER CAPITA IGUAL OU INFERIOR A 1,5 SALÁRIO-MÍNIMO QUE TENHAM CURSADO INTEGRALMENTE O ENSINO MÉDIO EM ESCOLAS PÚBLICAS (LEI Nº 12.711/2012)
L3 - CANDIDATOS AUTODECLARADOS PRETOS OU PARDOS, COM RENDA FAMILIAR BRUTA PER CAPITA IGUAL OU INFERIOR A 1,5 SALÁRIO-MÍNIMO QUE TENHAM CURSADO INTEGRALMENTE O ENSINO MÉDIO EM ESCOLAS PÚBLICAS (LEI Nº 12.711/2012)
L4 - CANDIDATOS AUTODECLARADOS INDÍGENAS, COM RENDA FAMILIAR BRUTA PER CAPITA IGUAL OU INFERIOR A 1,5 SALÁRIO-MÍNIMO E QUE TENHAM CURSADO INTEGRALMENTE O ENSINO MÉDIO EM ESCOLAS PÚBLICAS (LEI Nº 12.711/2012)
L5 - CANDIDATOS QUE, INDEPENDENTEMENTE DA RENDA (ART. 14, II, PORTARIA NORMATIVA Nº18/2012), TENHAM CURSADO INTEGRALMENTE O ENSINO MÉDIO EM ESCOLAS PÚBLICAS (LEI Nº12.711/2012)
L7 - CANDIDATOS AUTODECLARADOS PRETOS OU PARDOS QUE, INDEPENDENTEMENTE DA RENDA (ART. 14, II, PORTARIA NORMATIVA Nº 18/2012) TENHAM CURSADO INTEGRALMENTE O ENSINO MÉDIO EM ESCOLAS PÚBLICAS (LEI Nº 12.711/2012)
L8 - CANDIDATOS AUTODECLARADOS INDÍGENAS QUE, INDEPENDENTEMENTE DA RENDA (ART. 14, II, PORTARIA NORMATIVA Nº 18/2012), TENHAM CURSADO INTEGRALMENTE O ENSINO MÉDIO EM ESCOLAS PÚBLICAS (LEI Nº 12.711/2012)

L9 - CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA QUE TENHAM RENDA FAMILIAR BRUTA PER CAPITA IGUAL OU INFERIOR A 1,5 SALÁRIO-MÍNIMO QUE TENHAM CURSADO INTEGRALMENTE O ENSINO MÉDIO EM ESCOLAS PÚBLICAS (LEI Nº 12.711/2012)
L11 - CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA AUTODECLARADOS PRETOS OU PARDOS, QUE TENHAM RENDA FAMILIAR BRUTA PER CAPITA IGUAL OU INFERIOR A 1,5 SALÁRIO-MÍNIMO E QUE TENHAM CURSADO INTEGRALMENTE O ENSINO MÉDIO EM ESCOLAS PÚBLICAS (LEI Nº 12.711/2012)
L13 - CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA QUE, INDEPENDENTEMENTE DA RENDA (ART. 14, II, PORTARIA NORMATIVA Nº 18/2012), TENHAM CURSADO INTEGRALMENTE O ENSINO MÉDIO EM ESCOLAS PÚBLICAS (LEI Nº 12.711/2012)
L15 - CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA AUTODECLARADOS PRETOS OU PARDOS QUE, INDEPENDENTEMENTE DA RENDA (ART. 14, II, PORTARIA NORMATIVA Nº 18/2012), TENHAM CURSADO INTEGRALMENTE O ENSINO MÉDIO EM ESCOLAS PÚBLICAS (LEI Nº 12.711/2012).

Fonte: Elaboração da autora a partir do edital de matrícula online 2021 da UFMS

Deste modo, independente da etnia, raça ou deficiência para ingressar nas universidades públicas por meio das cotas, o primeiro e principal recorte é o aluno ter cursado todo o ensino médio na rede pública. Esse primeiro recorte é importante porque, embora a rede pública detenha a maior parcela dos alunos do ensino médio, a educação superior privada é quem detém o maior número de alunos na educação superior, segundo dados do IBGE (2019)

De acordo com os dados fornecidos pela Agência de Tecnologia da Informação e Comunicação da UFMS (AGETIC) para esta pesquisa, os números de cotistas têm aumentado gradativamente desde 2013, ano de implantação do sistema.

A cada ano a UFMS, estrutura projetos e estratégias que visem promover a organização e melhoria no fomento das cotas na instituição, seja por meio de eventos (seminários, palestras, minicursos, grupo de estudo) ou capacitação dos funcionários com o apoio do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI) da UFMS, de acordo com Lourival dos Santos, coordenador do núcleo, em entrevista para a autora:

Propor cotas é abrir a discussão, até agora silenciada, sobre a sociedade racista em que vivemos; reconhecer que essas práticas racistas estão presentes também no nosso ambiente acadêmico é forçar uma tomada de posição por parte de todos nós para reverter esse quadro e construir as bases para um ambiente universitário livre de práticas racistas e discriminatórias. [...] As diversas pesquisas realizadas nos mostram isso, essa discussão vem tomando forma de acordo com a força que temos. (Entrevista realizada à autora em 06/04/2019).

A respeito da implementação das bancas de heteroidentificação na UFMS, concomitante às outras instituições de educação superior do Brasil, a fraude no acesso por meio das cotas é uma realidade que a instituição já teve que lidar. Todos os candidatos aprovados nos processos seletivos da UFMS, por meio das cotas raciais, precisam passar pela banca de heteroidentificação, antes da matrícula. Segundo Oliveira (2019), a instituição desde 2016 já havia montado uma comissão verificadora para apurar os casos de denúncias, e desde 2017 a UFMS passou a adotar as bancas em seus processos seletivos.

As bancas de heteroidentificação, segundo Maciel, Teixeira e Santos (2019), visam avaliar a autodeclaração do candidato à vaga reservada pela política de cotas raciais, ou seja, é um processo organizado pela instituição que fomenta o processo seletivo, onde será realizada a partir da constituição de uma comissão, que tem como objetivo avaliar o fenótipo do candidato.

Essa avaliação deve ser realizada por profissionais capacitados, podendo ser membros da comunidade onde a instituição está instalada, como por exemplo: militantes do movimento negro, professores e servidores da instituição, desde que realizem oficina de capacitação para atuar nas bancas de verificação de autodeclaração, o que na UFMS tem sido promovida pela DIAAF.

TABELA 1. COMPARATIVO DO NÚMERO DE INGRESSOS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO MATO GROSSO DO SUL, POR MEIO DA AMPLA CONCORRÊNCIA E COTAS RACIAIS (PRETOS E PARDOS).

ANO	INGRESSO POR MEIO DA AMPLA CONCORRÊNCIA NA UFMS	INGRESSO NA UFMS POR MEIO DAS COTAS RACIAIS	PORCENTAGEM DE INGRESSANTES POR MEIO DAS COTAS RACIAIS
2013	3.661	63	1,72%
2014	3.831	234	6,10%

2015	3.122	449	14,43%
2016	2.844	782	27,4%
2017	4.098	1.206	29,4%
2018	3.410	1.352	39,6%
2013-2018	20.966	4.086	-

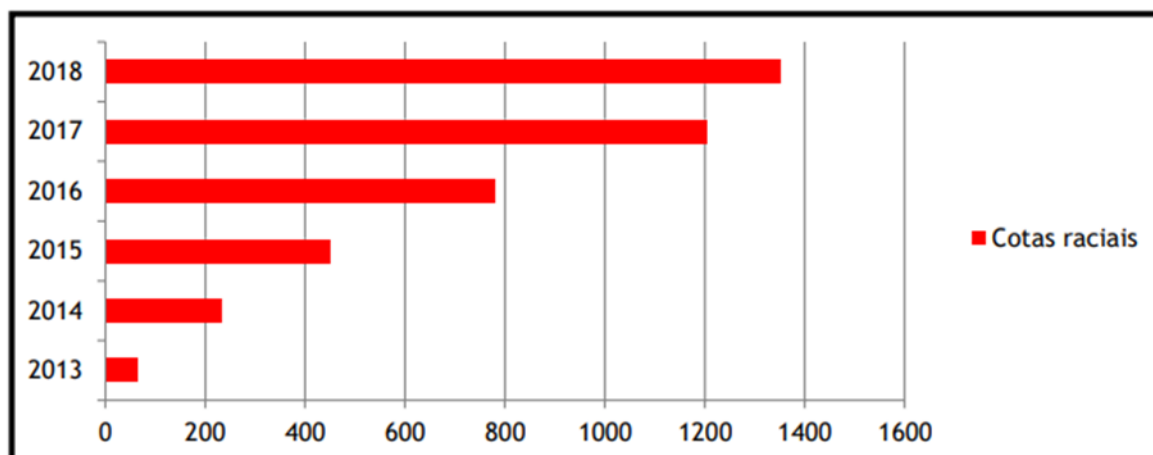
Fonte: Organizado pela autora a partir dos dados disponibilizados pela AGETIC/UFMS.

A tabela 1 estabelece uma comparação com o número total de ingressos na UFMS, com a quantidade de ingresso por meio das cotas raciais. Assim, em 2013, dos 3,661 ingressos na instituição 63 estudantes ingressaram pelas cotas raciais, correspondendo respectivamente a apenas 1,72% dos ingressos. O ingresso aumenta gradualmente e em 2018 correspondeu a 39,6% dos ingressos na UFMS, mas ainda assim esse número não é suficiente para alcançar uma representação real de alunos pretos e pardos na universidade, levando em consideração que a 50% da população brasileira é considerada preta ou parda.

Em acordo com a pesquisa de Macedo (2018) e Evangelista (2020) é possível acompanhar a evolução do acesso na UFMS por meio das cotas a partir do aumento da reserva de vagas e o salto no acesso acontece entre 2016 e 2018, período em que a universidade atinge o percentual de 50% nas reservas de vagas de acordo com a Lei nº 12.711/2012. A análise desses resultados deve levar em consideração que na maior parte do período pesquisado (2013-2017), a UFMS ainda não havia instituído as comissões de heteroidentificação, portanto, compreende-se que o acesso irregular (fraudes), nos anos em que a UFMS não adotou as comissões de heteroidentificação, podem interferir nos resultados dessa pesquisa.

Evangelista (2020), em sua pesquisa levanta dados importantes para complementar as análises feitas nesta pesquisa, para estabelecer uma comparação do acesso por meio da ampla concorrência com o ingresso pelas cotas raciais, foi solicitamos a UFMS, também por meio do e-SIC, o número de estudantes que ingressaram no campus de Campo Grande por meio da ampla concorrência, os dados recebidos nos permitiram estabelecer a seguinte comparação.

Gráfico 1: Ingresso à Universidade Federal do Mato Grosso do Sul por meio das cotas raciais (2013-2018).

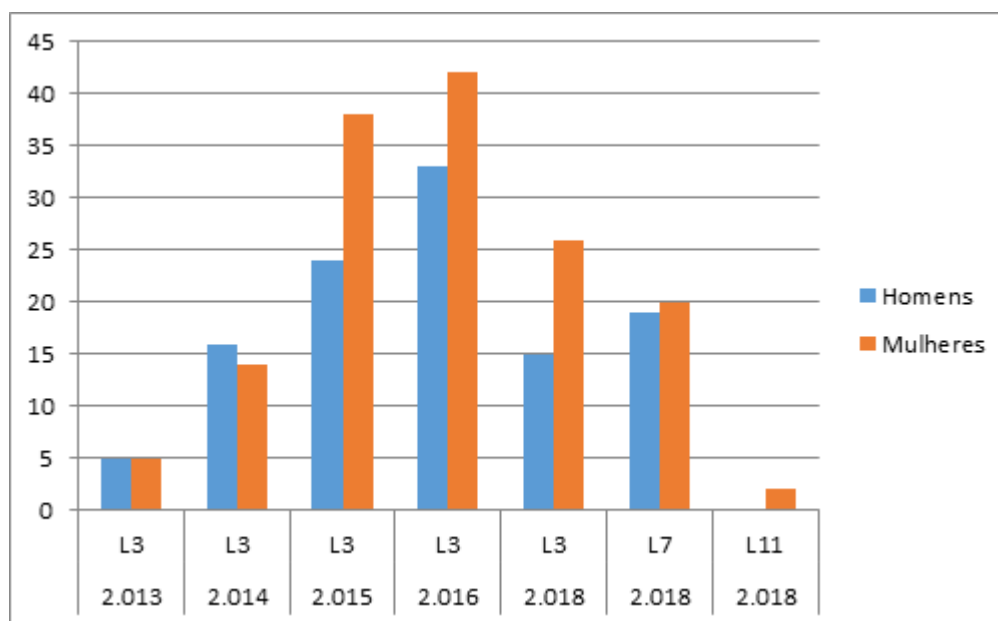


Fonte: EVANGELISTA, 2020.

O gráfico 1 apresentou o ingresso à UFMS dos estudantes negros cotistas, deste modo, em 2013 houve o ingresso de 63 estudantes negros cotistas, em 2014 234, em 2015 tivemos 449, em 2016 foram 782, em 2017 esse número cresce para 1,206 e 1,352 alunos cotistas em 2018. De acordo com o questionário do perfil socioeconômico⁶, preenchido pelos estudantes negros cotistas, constatamos que no período de 2013 a 2018 houve o ingresso de 4,086 estudantes autodeclarados pretos e pardos, no campus de Campo Grande da UFMS.

⁶ Os dados do perfil socioeconômico dos estudantes cotistas da UFMS, podem ser acessados através da solicitação à AGETIC ou no trabalho de EVANGELISTA (2020), referenciado nesta pesquisa.

Gráfico 2: Cotista ingressantes na UFMS (CPTL) por ano



Fonte: AGETIC UFMS, 2018.

Elaboração: Jéssica Oliveira

A realidade do campus de Três Lagoas, vista no gráfico 2, não foge dos dados ao analisar a UFMS como um todo. Nos primeiros anos do sistema, a demanda não foi tão grande. Em 2013, o sistema de cotas, atingiu 5 alunos matriculados, no outro ano aumentou para pouco mais de 15 alunos. 2015 e 2016 foram anos de mais adesão ao sistema, com uma diferença entre homem e mulher, sendo a adesão maior por parte de alunas negras que estudaram integralmente em escola públicas. Nos últimos anos os números caíram, provavelmente pelo início da aplicação do sistema de bancas de verificação, onde se descobre muitos ludíbrios que inviabiliza das matrículas.

Concomitante com a pesquisa de Macedo (2018) é possível acompanhar a evolução do acesso na UFMS por meio das cotas a partir do aumento da reserva de vagas e o salto no acesso acontece entre 2016 e 2018, período em que a universidade atinge o percentual de 50% nas reservas de vagas de acordo com a Lei nº 12.711/2012.

Por meio da análise dos dados, foi possível visibilizar em quais unidades do campus Campo Grande os estudantes mais tem ingressado pelas cotas raciais no período de 2013 a 2018, conforme é possível observar no quadro abaixo:

Quadro 2: Unidades com os maiores números de ingressos por meio das cotas raciais na Universidade Federal do Mato Grosso do Sul

	2013	2014	2015	2016	2017	2018
1º	CCHS	CCHS	FAENG	FAENG	FAENG	FAENG
2º	FADIR	FACOM	FACOM	FACOM	FACOM	FACOM
3º	FACOM	FADIR	CCHS	ESAN	ESAN	ESAN

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados disponibilizados pela AGETIC/UFMS (2013-2018).

Observa-se a partir do quadro 2 que nos últimos anos a maior parcela do acesso pelas cotas raciais tem ocorrido nos cursos da FAENG, que contempla os cursos de: Arquitetura e Urbanismo, Curso Superior em Tecnologia de Edifícios, Curso Superior em Eletrotécnica Industrial, Curso Superior em Tecnologia em Saneamento Ambiental, Engenharia Ambiental, Engenharia civil, Engenharia de Produção, Engenharia Elétrica, Geografia. Posteriormente a FACOM é a faculdade que se destaca como a segunda faculdade que mais tem acesso de negros cotistas. A unidade dispõe dos cursos de: Ciência da Computação, Curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Curso Superior de Tecnologia em Redes de Computadores, Engenharia da Computação, Engenharia de Software e Sistemas de Informação.

Por fim, destaca-se o acesso dos negros cotistas na ESAN, que corresponde aos cursos de: Administração, Administração pública, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas, Curso Superior de Tecnologia em Processos Gerenciais e Turismo. O Centro de Ciências Humanas e Sociais (CCHS), que aparece na tabela acima, contemplava os cursos de Pedagogia, História, Filosofia, Ciências Econômicas, Educação Física, Letras, Artes Visuais, Ciências Sociais, Psicologia e Jornalismo, sendo sua organização reformulada em 2017 a partir da reestruturação da UFMS, dando origem a três faculdades respectivamente:

O CCHS foi extinto em 27 de março de 2017 conforme Resolução/COUN nº 18, de 21 de março de 2017, dando origem a três Faculdades: a Faculdade de Artes, Letras e Comunicação (FAALC), a Faculdade de Educação (FAED) e a Faculdade de Ciências Humanas (FACH) (UFMS, 2017).

Esses números resultam no acesso e na escolha de cursos ainda assim com mais prestígio dentre os citados e englobados pelos departamentos, são os cursos mais tecnológicos e seguem a estrutura das engenharias. A importância desse espaço ser ocupado por alunos cotistas é muito grande, pois demonstram que as cotas raciais possibilitam o acesso à educação e a busca por oportunidades no mercado de trabalho posteriormente, mesmo que sem a garantia desta segunda conquista.

Quadro 3: Unidades com os maiores números de ingressos por meio das cotas raciais na UFMS/CPTL (2015-2018)

	2015	2016	2017	2018
1º	Direito	Direito	Eng. Produção	Direito
2º	Medicina	Eng. Produção	Direito	Eng. Produção
3º	Eng. Produção	Medicina	Medicina	Medicina

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados disponibilizados pela AGETIC/UFMS.

Observa-se a partir do quadro 3 que nos últimos anos a maior parcela do acesso pelas cotas raciais tem ocorrido nos cursos mais elitizados do campus de Três Lagoas, como Direito, Medicina e Engenharia de Produção. Os cursos de licenciatura oferecidos no campus não entram nos três primeiros lugares mais procurados e inseridos por alunos cotistas raciais. Dados que permitem a discussão da preferência pelos cursos de maiores prestígios sociais.

Deste modo para Maciel, Lima e Gimenez (2016, p.763):

Na contemporaneidade, a educação em Direitos Humanos representa um campo de lutas e conquistas sociais, pois a principal característica do ensino no Brasil foi marcada pela permanência do elitismo e da seletividade, principalmente no que se refere ao campo da educação superior.

São elementos que permitem apontar que a política de cotas já produz mudanças na educação superior e espera-se que essas mudanças igualmente sejam reproduzidas, visto que o acesso ao diploma não vem acompanhado da certeza de um emprego, uma vez que os negros ainda enfrentam o racismo no mercado de trabalho, recebendo remuneração inferior mesmo ocupando a mesma função de brancos e a taxa de pessoas desempregadas também é maior entre os negros (PNAD, 2019).

O perfil do aluno cotista da UFMS vem mudando aos poucos, e chegando cada vez mais próximo do esperado pela política de cotas. O espaço universitário é uma ferramenta importantíssima para oportunizar o acesso da educação pública e de qualidade para estes alunos. Garantir que esse espaço seja ocupado por cotistas é antes de tudo um ato político, que há tempos vem se desenrolando nas universidades, por meio da visualização da pluralidade dos alunos dentro das salas de aulas, eventos e congressos universitários, participações em projetos de pesquisa e extensão e tantas outras atividades acadêmicas que são importantes para o amadurecimento dos alunos, enquanto universitários.

4.1. O aluno cotista na UFMS

As entrevistas com os alunos foram feitas entre o período de 2020 e 2021⁷. Devido a pandemia da Covid-19 foram realizadas via Google Meet e chamadas de vídeo do WhatsApp. O contato foi feito através de e-mail a partir de dados oferecidos pela AGETIC e também contou com o conhecimento prévio da autora como os estudantes, o que contribuiu para a realização dessa parte da pesquisa, já que muitos outros alunos não se sentiram à vontade para falar sobre o assunto.

Foi de suma importância ouvir cada fala e perceber como a questão identitária está atrelada à uma formação política social, e a universidade gera esse espaço de transformação. Essa instituição abre espaço para tantos outros assuntos importantes e necessários, como questão de gênero e questão racial. A convivência desses alunos dentro do espaço universitário com outras pessoas que buscam a igualdade, respeito e compreensão é de longe um processo transformador gigantesco e potencialmente empoderador.

Uma das funções da universidade é exatamente esta, formar um espaço plural, aberto as discussões e busca por soluções aos problemas sociais, o que pode levar a críticas ao sistema capitalista patriarcal e racista.

As falas de alguns alunos demonstram a defasagem das discussões raciais em espaços de formação de base, como a escola. Muitos chegam na universidade, e optam pela cota racial simplesmente por um processo burocrático, sem levar em consideração as questões políticas e sociais que envolvem esse processo. Claro que a universidade também tem esse papel formador, e através de grupos de pesquisas, rodas de conversa, espaços de convivências (Restaurante universitário, biblioteca, blocos, corredores, laboratórios, salas de aulas e etc.), oportunidades de viagens para participação de eventos e congressos, constroem o debate coletivo e oportuniza os alunos a terem o contato com pautas importantes.

Ao relacionar o acesso à educação superior com a identidade, os estudos de Marques apresentam como resultados que:

As experiências vividas pelos acadêmicos em um novo espaço cultural podem contribuir para que os diferentes grupos sociais, particularmente os negros subalternizados, redescubram o valor positivo de sua cultura e das experiências específicas, a fim de ressignificá-las (MARQUES, 2018, p.15).

⁷ As entrevistas foram feitas nas seguintes datas: 06 de mar de 2020; 16 de mar de 2020; 18 de nov de 2020 e 18 de jun de 202.

Em seguida há trechos de diferentes entrevistas, com nomes fictícios, onde alunos que aceitaram participar, contam sobre sua entrada na UFMS enquanto aluno cotista, a experiência com a banca e a sua formação identitária.

As ações afirmativas nas narrativas dos alunos cotistas da UFMS demonstram a importância da discussão da temática racial dentro e fora dos espaços acadêmicos, compreender que a cota racial é um mecanismo político que oportuniza e democratiza o acesso à educação superior, infelizmente, não faz parte do entendimento da maioria dos alunos antes de ingressarem na universidade. Como relata *Gabriel*:

Entreí na faculdade pela cota racial, aluno de escola pública e também por renda. Eu não sabia muito bem como funcionava o sistema todo, sabia que a declaração no sistema e depois eu precisaria passar pela banca de verificação e que eu só poderia fazer minha matrícula depois de passar por ela [a banca]. Não tive receio ou algo assim, sabia da minha cor e que usar a cota era um direito meu, sempre ouvi piadas na escola sobre o meu cabelo crespo, até por isso nunca deixei ele grande como agora, sempre raspei por vergonha, então sabia que meus traços me garantiriam a vaga na banca e no curso. Não me senti constrangido na hora, foi bem de boa, sai e lá e fui fazer minha matrícula feliz da vida (risos). Na faculdade tive contato com pautas raciais e pessoas militantes nas causas, isso me aproximou das discussões raciais, mas estou longe ainda de entender tudo, mas posso dizer que sou negro, e que a faculdade e meus colegas me fizeram sentir orgulho demais da minha identidade.

A identidade nunca foi um fator preocupante para Gabriel, apesar de se considerar negro nunca esteve atento a discussão sobre identidade negra, pois como relatou sabia da sua cor e não havia como questionar, mas foi no espaço acadêmico que se deparou com diversos espaços que levantava a importância de se discutir questões raciais, e como se por um momento aqueles espaços o fizeram entender a importância do ser negro e estar ocupando, enquanto aluno cotista, o seu espaço na universidade.

Assim como Gabriel, diversos alunos não tem acesso a discussão sobre a questão racial no espaço escolar, mesmo com a Lei 10639/03 que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação que inclui no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da presença da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Africana", o que reflete na falta de posicionamento e discussões importantes.

Aline, relata que nunca parou para pensar sobre sua cor, ou até mesmo o porquê ela entraria nos requisitos das cotas raciais:

Na verdade, eu não tinha uma opinião formada sobre as cotas, entendia o que ela defendia e concordava, mas não de uma maneira crítica como enxergo hoje, quando chegou minha vez usei porque sabia que me enquadrava, então entrei pela cota racial. Passar pela banca também foi bem tranquilo, claro que deu aquele frio na barriga, mas não pela situação, e não por medo de não passar. Nunca pensei sobre identidade sempre achei eu era eu mesma, mas o debate racial, felizmente, vem crescendo muito e me fez refletir sobre muitas situações que passei, e que só hoje entendo sobre racismo, e como de forma discreta eu passei por situações racistas. A faculdade me fez criar outro olhar sobre essa questão racial, ter contato com pessoas que falavam sempre disso e me mostraram a importância dessa discussão, me fez moldar o pensamento que tenho hoje. Não é vergonhoso ter minha cor ou meu cabelo, vergonhoso é achar o outro estranho só por questões estéticas padrões.

A universidade cumpre o seu papel social enquanto espaço formador, e vai para além da formação acadêmica, ela balizar e prepara os discentes para lidarem com questões sociais também. Atrelar a questão racial com discussões acadêmicas formam um estudante crítico as questões sociais e entendedor do seu papel na sociedade. A questão da identidade não está em apenas se aceitar enquanto negro ou negra, está em assumir seu papel social sem ter vergonha ou receio, e não aceitando mais condições pré-estabelecidas do espaço que cada um deve ocupar na lógica desigual da sociedade.

Podemos observar essa transformação e (des)construção na narrativa da aluna *Cecília*:

Entre na universidade por racial, de renda e de escola pública, a L3, sabia que minha cor se encaixava nos requisitos, além dos outros fatores de cota, então fui fazer minha matrícula e quando cheguei lá descobri da necessidade da banca de verificação, eu nem sabia o que isso significava e como era feito, acho que era o primeiro ano da banca, recebi a informação de onde seria e fui, eu estava tão nervosa porque eu não sabia exatamente o que iria acontecer, entrei na sala e me pediram o documento com foto e acho que falei meu curso, depois disso tive que esperar o resultado e só depois consegui fazer minha matrícula, sabia que tinha passado mas a ansiedade até sair o resultado foi grande (risos). Até cursar a disciplina de Cultura e Relações Étnico racial no segundo semestre do primeiro ano do curso eu nem pensava sobre identidade ou coisa assim, foi depois dessa disciplina e de contato com colegas de laboratório que comecei a entender realmente o que era a questão racial brasileira, hoje afirmo minha identidade enquanto mulher e pesquisadora negra.

Esse espaço de mudanças e transformações, que é a universidade quando ela cumpre seu papel social na vida do aluno, de certa forma ainda é um privilégio o aluno poder passar por isso, levando em consideração que muitos discentes não podem ter acesso a grupos de

pesquisa, apenas as aulas do seu período, fica mais complicado assegurar que o aluno terá acesso a essas questões.

Quando o aluno vem com bagagem de informações sobre diversos assuntos sociais, e no caso deste estudo, sobre questões raciais, é importante analisar e compreender todos os processos que esse aluno passou e como lidou com essas condições, como na fala da aluna a seguir, com as bancas de verificação. Muitos alunos sentem algum tipo de desconforto, apesar de entenderem a necessidade destas, desde o momento da autodeclaração no sistema, passar pela banca de heteroidentificação e posteriormente realizar a matrícula não significa que o autoafirmação como negro, mas sim que entende seu lugar, assumir sua identidade de maneira clara é um processo.

Ana, passou por esse processo mais de uma vez, e relatou como se sentiu e como foi, a questão da identidade se intensificou e ela compreende como foi esse “marco” na sua aceitação.

Eu entrei na faculdade com cota racial, sabia da minha cor e que eu me enquadrava nos requisitos do edital, além de ter acesso as questões e discussões sobre isso dentro de casa e com a família, desde pequena enfrentei problemas com o meu cabelo e a cor da minha pele, mas com o passar do tempo e com acesso à informação com pessoas entendidas do assunto eu tive a oportunidade de encarar minha identidade ainda no colégio e entrei na faculdade já sabendo o que eu era e meu papel ocupando meu espaço ali. Passei pela banca de heteroidentificação duas vezes, pois fui aprovada em dois cursos diferentes, a primeira vez foi tranquilo, fui sabendo que daria certo e que minha vaga estava garantida, na segunda vez no outro curso já fui com um pouco mais de medo, deveria ser ao contrário né? (risos), mas acho que pelo fato de ser em uma universidade maior eu fiquei mais apreensiva, mas também deu certo. Eu tinha acabado de passar pela transição capilar, estava assumindo de volta meus cachos e entrando na faculdade como cotista racial, foi um marco para minha identidade, saber quem eu era e onde eu estava.

Pedro e Guilherme trazem pontos importantes para a discussão, de como os espaços universitários contribuem para a formação social do estudante, ter acesso a diálogos além das grades curriculares do curso é outro fator importante, que se pode entender através da diferença de realidade dos dois estudantes

Pedro relata:

Entreí no curso usando a cota racial, confesso que usei por mera burocracia, sem pensar muito sobre identidade ou algo assim, pela minha cor eu sabia que tinha direito, já que estava ali iria usar. No meu curso não temos essas discussões sobre identidade ou quem é você, depois de um tempo você até esquece como entrou, de alguma forma só quer se formar logo (risos). Mas eu vejo muita discussão nas redes

socias sobre essa questão de cota racial, representatividade negra e identidade, acho uma discussão importante para a galera saber sobre o assunto, tem muita gente que não sabe e acaba falando coisas sem sentido ou até racistas, né? Eu nunca passei por um momento assim, não que eu me lembre. Mas é importante as cotas e as discussões sobre, é importante todos saberem que tem direitos de acesso a faculdade e que podem conseguir uma vaga aqui concorrendo com pessoas mais perto da sua pontuação.

Enquanto *Guilherme* já teve uma outra realidade com seu ingresso na universidade utilizando as cotas raciais:

Quando entrei na faculdade eu usei cota racial e de escola pública, mas falava sempre que era só de escola pública, nem mencionava a cota racial. Não era uma vergonha, mas era algo que pra mim ninguém precisava saber, como se isso fosse me diminuir. Mas depois de um tempo na graduação tendo acesso a grupos de pesquisas, laboratórios com outras pessoas, participação em eventos eu percebi que a discussão sobre as questões raciais, identidade, cotas e coisas assim estão sempre presentes, além da mídia também sempre falar sobre. Foi então em uma fala de uma professora num evento da faculdade que virou uma chavinha na minha cabeça e comecei a estudar e querer saber mais sobre a minha cor, foi um processo transformador, ajudou até na minha autoestima porque acabei assumindo meu cabelo crespo como nunca tinha feito antes. Quando fiz minha matrícula ainda não precisava das bancas, era só declarar no SISU e fazer a matrícula, eu nem pensava que as pessoas usavam isso de má fé, ainda bem que hoje existem as bancas e só quem realmente se enquadra pode usar.

Enfim, a oportunidade dos estudantes em terem acessos a discussões de cunho racial dentro dos espaços universitário colaboram de maneira muito significativa na construção da sua identidade, entender o papel do aluno cotista inserido nesses espaços por meio da política de cotas raciais vai além apenas dos números, mostram e reafirmam a importância dessa ação afirmativa de cunho a formar alunos críticos, formadores de opinião e posicionados onde são seus lugares por direito.

5. CONCLUSÃO

A investigação proposta nesta pesquisa levantou elementos para uma reflexão mais ampla sobre a dimensão da política das ações afirmativas, possibilitando também o reconhecimento do perfil do aluno cotista racial ingressante da UFMS, gerando resultados de interesse para não concluir a discussão sobre identidade negra, mas para percebermos que esse processo é vivenciado e construído de acordo com as experiências, contatos e realizações dos acadêmicos, é fato que a Política de Cota se correlaciona entre o processo de autodeclaração de alunos cotistas raciais e a autoafirmação identitária destes, relacionada à escolha do ingresso na universidade pela cota racial.

Este estudo foi base para o entendimento de que esta política se configura como um importante mecanismo que oportuniza a democratização do acesso à educação superior, com o objetivo de minimizar as fraturas sociais e históricas.

A conjuntura política do Brasil colonial e império não permitiram e não construíram políticas que integrassem os negros à sociedade, os deixando marginalizados, sem condições básicas de acesso a bens comuns, como saúde ou educação, levando em consideração que eram vistos como apenas mão de obra, mercadoria. E mesmo depois de anos, como no Brasil República, não havia mudanças nada significativas para que o negro, agora livre e um cidadão de direitos, que assim pudesse gozar de algum direito, por mais básico que fosse. Para matrículas em escolas eram necessários documentos que nunca foram emitidos, logo as crianças negras já livres continuavam sem acesso à educação. Mesmo assim as lutas pela inserção e aceitação social numa sociedade racista, que já havia pré-determinado o lugar onde o negro deveria permanecer, continuou fazer parte da realidade.

Nesse contexto de luta, logo acentua-se que a política de cotas, embora se materialize como uma conquista recente, representa, mais de um século de lutas e resistências por um acesso mais democrático à educação superior. Depois de anos de interdição à educação, pode-se associar que esse fator contribuiu para a desvalorização da mão de obra negra, oriunda da falta de qualificação profissional, mas também do racismo institucional presente no mercado de trabalho.

Almeida (2018) apresenta uma concepção estrutural de racismo que está internamente associado ao racismo institucional que determina suas regras a partir de uma ordem social estabelecida, desde a época da escravidão., isso significa que o racismo é uma decorrência da estrutura da sociedade que normaliza e acredita como sendo verdadeira a ideia de padrões e

regras baseadas em princípios racistas, discriminatórios pautados na raça. O que pauta muita das situações vivenciadas atualmente pela população negra, mesmo com avanço de políticas públicas, alterações em currículos escolares a caminhada ainda é longa e formada com muita luta, por justiça e igualdade e a Lei de Cotas é uma dessas conquistas, assim como a implementação das bancas de heteroidentificação, afim de evitar possíveis fraudes no sistema.

Apesar da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, ter sido uma das últimas universidades a aderir o sistema de cotas raciais, desde sua implementação percebe-se o aumento do acesso por meio de alunos cotistas, principalmente a partir do ano de implementação das bancas, em 2018, onde realmente podemos analisar os números por alunos cotistas que se encaixam nas especificações. Em vista dos resultados obtidos, conseguiu-se reconhecer que o acesso por meio das cotas raciais, tem contribuído para que os estudantes negros tenham acesso a cursos, antes tidos como cursos de supremacia branca, como cursos de: Direito, Engenharia Civil, Engenharia da Computação, Ciência da Computação, Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Administração, Química, Medicina Veterinária, Medicina, Odontologia, fator que evidencia a eficácia e a necessidade da continuidade da política de cotas.

Além do trabalho gerar conclusões sobre a identidade dos alunos, e trazer a discussões da importância da ação afirmativa para além do ingresso na universidade, também demonstra um processo que oportuniza o aluno ter contato com as relações raciais de forma pessoal e expressiva para sua vida. Encontrar-se e entender seu espaço na sociedade, em meio a tantos padrões pré-estabelecidos vai muito além apenas de uma lei federal, está associado a uma (re)construção identitária pessoal significativa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Carina Elisabeth Maciel. **O discurso de inclusão nas políticas de educação superior (2003-2008)**. Campo Grande – MS, 2009.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. **“O abolicionismo transatlântico e a memória do paraíso racial brasileiro”**, Estudos afro-asiát., n.30, 1996

BERNARDINO, Joaze. **“Ação afirmativa e a rediscussão do mito da democracia racial no Brasil”**. Estud. afro-asiát., Rio de Janeiro, v. 24, n. 2, 2002.

BITTAR, M; ALMEIDA, C. E. M. **Mitos e controvérsias sobre a política de cotas para negros na educação superior**. Educar, Curitiba, Editora UFPR, n. 28, p. 141-159. 2006.

BITTAR, Mariluce; CORDEIRO, Maria José de Jesus Alves; ALMEIDA, Carina Elisabeth Maciel. **Política de Cotas para Negros na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – um estudo sobre os fatores da permanência**. Série-Estudos - Periódico do Mestrado em Educação da UCDB. Campo Grande-MS. n. 24, p. 143-156, jul./dez. 2007.

BRASIL. **Lei Nº 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em: Acesso em: 04 dez. 2020.

_____. **Lei Nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm> Acesso em: 04 dez. 2020.

CORDEIRO, Ana Luisa Alves. **Políticas de Ação Afirmativa: Implicações na trajetória acadêmica e profissional de afro-brasileiros/as cotistas egressos/as da UEMS (2007-2014)**. Campo Grande/MS, 2017. 262p. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Católica Dom Bosco.

CORDEIRO, Maria José de Jesus Alves. **Negros e Indígenas Cotistas da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul: desempenho acadêmico do ingresso à conclusão de curso**. Tese (Doutorado em Educação-curriculo). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo/PUC/SP. 2008.

DOMINGUES, Petrônio. **Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos.** Periódico 23º Tempo; p. 101-122. Abr. 2007.

EVANGELISTA, Joelma Inês. **O Perfil Socioeconômico dos Estudantes Negros Cotistas da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – 2013 a 2018.** / Joelma Inês Evangelista. – Campo Grande, MS, 2020.

FERNANDES, Florestan. — **O Negro no Mundo dos Brancos.** Difusão Européia do Livro, São Paulo. 1972.

FREYRE, Gilberto. “**Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**”. São Paulo: Global, 2006.

FONSECA, Ricardo Marcelo. **Democracia e acesso à universidade no Brasil: um balanço da história recente (1995-2017).** Educar em Revista, Curitiba, Brasil, v. 34, n. 71, p. 299-307, set./out. 2018.

GARCIA, Renísia Cristina. **Identidade fragmentada: um estudo sobre a história do negro na educação brasileira: 1993-1995.** Brasília: INEP, 2007.

GIMENEZ, Felipe Vieira. **Expansão e Inclusão na Educação Superior: A bolsa permanência na UFMS.** 317 f; 30 cm. Campo Grande, UFMS, 2017.

GUIMARÃES, Antonio S. A. **‘Racismo e anti-racismo no Brasil.** São Paulo: Editora 34, 1999.

_____. **Ideologias Geográficas: espaço, cultura e política no Brasil.** São Paulo: Hucitec, 1988.

GOMES, Nilma Lino. **Movimento negro e educação: ressignificando e politizando a raça.** Educ. Soc., Campinas, v. 33, n. 120, p. 727-744, jul-set. 2012.

_____. **O movimento negro no Brasil: ausências, emergências e a produção dos saberes.** Dôssie: Política e Sociedade. Volume 10 – Nº 18 – p. 133 – 154. Abril de 2011.

_____. **Educação, Raça e Gênero: relações imersas na alteridade.** “Gênero e Raça”, XX Reunião Brasileira de Antropologia e I Conferência: Relações Étnicas e Raciais na América Latina e Caribe, em abril de 1996.

_____. **Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo.** Educação e Pesquisa, São Paulo, v.29, n.1, p. 167-182, jan./jun. 2003.

INEP Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da Educação Superior 2013-2019**. Brasília: Inep, 2019. Disponível em: . Acesso em 20 out. 2020.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Participação nos Estudos**. Disponível em: Participação em Foco - Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial (ipea.gov.br). Acesso em: 9 de mar. 2021.

_____.**Evolução do Acesso de Jovens à Educação Superior no Brasil**. Organizado por: Corbucci, Paulo Roberto. Brasília, 2014.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e estatística. **Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil**. Estudos e Pesquisas Informação Demográfica e Socioeconômica número 41-ISBN 978-85-240-4513-4. IBGE, 2021.

MACEDO, Karoline dos Reis. **A Institucionalização da Política de cotas da Educação Superior na UFMS – 2013 a 2016**. / Karoline dos Reis Macedo. – Campo Grande, MS, 2018

MACIEL, Carina Elisabeth. **Políticas de educação superior no governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2008): diferentes sentidos do discurso de inclusão**. Inter-Ação, Goiânia, v. 36, n. 1, p. 45-61, jan./jun. 2011.

MACIEL, Carina Elisabeth; TEIXEIRA, Samanta Felisberto; SANTOS, Lourival dos. **POLÍTICA DE COTAS E BANCAS DE HETEROIDENTIFICAÇÃO NA UFMS: UMA HISTÓRIA EM CONSTRUÇÃO**. Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN), [S.l.], v. 11, n. 29, p. 78-93, ago. 2019. ISSN 2177-2770. Disponível em: <<https://abpnrevista.org.br/index.php/site/article/view/752>>. Acesso em: 11 jun. 2021.

MALACHIAS, C. Antonio. **Geografia e Relações Raciais: Desigualdades Sócio-Espaciais em Preto e Branco**. Dissertação (MESTRADO EM GEOGRAFIA). Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo. Pg. 4-117. 2006.

MARQUES, Eugênia Portela de Siqueira. **O acesso à educação superior e o fortalecimento da identidade negra**. Revista Brasileira de Educação. Dourados-MS, 2018. Disponível em:< <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782018230098>> Acesso em: 11. nov. 2019.

MARQUES, Eugênia Portela de Siqueira. **O programa universidade para todos e a inserção de negros na educação superior: a experiência de duas instituições de Educação Superior de Mato Grosso do Sul- 2005-2008**. São Paulo. Tese (Doutorado) UFSCAR, 2010. 249 f.

MOEHLECKE, Sabrina Ação afirmativa: história e debates no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, n. 117, novembro/ 2002.

MOURA, Clóvis. **História do Negro Brasileiro**. São Paulo: Editora Ática, 1989.

MORAES, Antonio Carlos Robert, “**Território e História no Brasil**”. 3^o Edição - ANNABLUME. São Paulo, 2002.

MOURA, Clóvis. **História do Negro Brasileiro**. São Paulo: Editora Ática, 1989

MUNANGA, Kabengele (org.). **Superando o racismo na escola**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. pp.155-172.

MUNANGA, Kabengele e GOMES, Nilma Lino. **Para entender o negro no Brasil de hoje: história, realidades, problemas e caminhos**. São Paulo: Global; Ação Educativa, 2004.

MUNANGA. Kabengele. GOMES, Nilma Lino. **O negro no Brasil de hoje**. Ed. Global. 2ª edição, São Paulo. 2016.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

PNAD. **Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio Contínua. Educação 2018**. IBGE, 2018. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html?&t=microdados%3e>. Acesso em: 19 de jun. 2021.

RISTOFF, Dilvo. **O novo perfil do câmpus brasileiro: uma análise do perfil socioeconômico do estudante de graduação**. Avaliação, Câmpus nas; Sorocaba, SP, v. 19, n. 3, p. 723-747, nov. 2014.

ROSA, Aline Anjos da. **A implementação das cotas raciais e sociais na UFGD e sua contribuição para a política de ações afirmativas (2012-2014)**. Dourados: UFGD, 2016. 150 f.

SEYFERTH, G. **Construindo a nação: hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização**. In: MAIO, M.C., and SANTOS, R.V., orgs. Raça, ciência e sociedade [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ; CCB, 1996, pp. 41-58. ISBN: 978-85-7541-517-7.

SILVA, Paulo Vinicius Baptista da; RÉGIS Kátia; MIRANDA Shirley Aparecida de (org.). **EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS: O ESTADO DA ARTE**. Curitiba: Universidade Federal do Paraná Sistema de Bibliotecas Central – Coordenação de Processps Técnicos, 2018.

SILVA, Wilson Honório da. **O mito da democracial racial: um debate marxista sobre raça, classe e identidade**. São Paulo: Surdermann, 2016

SKIDMORE, Thomas E. “Fato e mito: descobrindo um problema racial no Brasil”. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, n. 79, pp. 5-15, 1991.

_____. “**Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro**”. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2012.

SOUZA, Jessé. “Gilberto Freyre e a singularidade cultural brasileira”. *Tempo soc.*, São Paulo , v. 12, n. 1, p. 69-100, May 2000^a

UFMS. Universidade Federal do Mato Grosso do Sul. **A criação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)**. Disponível em: <https://www.ufms.br/universidade/historico/>. Acesso em: 06 de jun. 2020.

_____. **Autoavaliação Institucional da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)**. Disponível em: https://seavi.ufms.br/files/2015/12/Relatorio_CPA-UFMS_2012.pdf. Acesso em: 04 dez de. 2020.

_____. **Campus da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul**. Disponível em <https://www.ufms.br/universidade/campus-ufms>. Acesso em: 10 de nov. 2020.

_____. **Desmembramento do centro de Ciências Humanas e Sociais (CCHS)**. Disponível em: <<https://fach.ufms.br/historico/>>. Acesso em: 13 de set. 2020.

_____. **Edital UFMS/PROGRAD N° 74, de 22 de fevereiro de 2019**. Disponível em: https://ingresso.ufms.br/files/2019/02/edital_prograd_2019_074.pdf>. Acesso em: 10 de nov. 2020.

_____. **Relatório Integrado de Gestão**. Disponível em: www.ufms.br/relatorio-integrado-de-gestao-2018-2. Acesso em: 14 de nov. 2020.